ESTADO DO AMAZONAS

Diario Oficial

ADMINISTRAÇÃO DO DR. ALVARO MAIA

ANO LVIII | MANAUS — Sexta-feira, 13 de Abril de 1951 | NÚMERO 16540

MENSAGEM

Apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Excelentíssimo Senhor Governador

ALVARO BOTELHO MAIA

EM 15 DE MARÇO DE 1951

Senhores Presidente e Membros da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA :

Saudando os representantes do pôvo, na hora em que se iniciam os trabalhos legislativos, encaminhados no sentido rigoroso do bem geral, pela defêsa das finanças e da economia, pelo incremento das fontes de renda e das iniciativas de produção, venho cumprir as determinações do art. 37, letra X, da Constituição do Estado — dar contas da sua situação e solicitar as necessárias providências.

Essas providências e essa situação serão aivitradas em mensagens posteriores, à medida que forem estudadas, mais eficientemente, as atuais dificuldades, tanto pelos departamentos executivos, como pelas luzes dos Membros da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Não se trata de qualquer delonga, mas pela impossibilidade, em quarenta e cinco dias de administração, de aferir todos os ângulos dos problemas amazonenses, variados e imprevistos.

Não se circunscrevem ao Amazonas, embora sejam mais graves, as aperturas em que se debate : extendem-se a várias unidades da Federação e ao próprio Govêrno Federal. São mais graves, em nossa terra, pelo isolamento das distâncias, carência de transportes, de capitais e de braços ; essa gravidade não impede, entretanto, as soluções de emergência e as soluções definitivas.

Devemos unir as nossas fôrças, esquecer dissenções e lutar pela tranquilidade coletiva, que se baseia na segurança da lei, no respeito a todos, sem indagação de partidos e opiniões, decorrentes do regime e da Carta Magna.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Decorreram, a 11 do corrente, as eleições suplementares em MANACAPURU', PARINTINS, EIRUNEPÉ e UAUPÉS, abrangendo dez mesas eleitorais.

Recebí, a êsse respeito, o seguinte ofício do Desembargador ARNOLDO PÉRES, Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL :

"MANÁUS, 5 de março de 1951 — 123|51 — URGENTE — Senhor Governador : Aproximando-se a data das eleições suplementares para Deputados à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, a ser realizadas no dia 11 do mês em curso, em dez secções distribuidas pelas Zonas Eleitorais sédiadas em PARINTINS, MANACAPURU', EIRUNEPÉ e UAUPÉS, esta Presidência, confiada no alto descortínio cívico-democrático de V. Excia., toma a liberdade de sugerir se sirva o Govêrno do Estado enviar instruções às autoridades administrativas daquêles municípios, notadamente as policiais, no sentido de fazer assegurar as garantías apontadas pelo Código Eleitoral àquêles cidadãos e agremiações partidárias que desejarem comparecer e concorrer ao referido pleito.

Outrossim, deseja a Justiça Eleitoral fique convenientemente esclarecido, por quem de direito, às autoridades policiais, as suas obrigações e deveres, no objetivo de atender, com presteza e energia, as requisições dos srs. juizes eleitorais e presidentes das mesas receptoras, convindo, até, para melhor orientação e segurança de todos, e no próprio interêsse dos responsáveis pela ordem pública, sejam postos à disposição daquêles magistrados, pouco antes ou durante as eleições mencionadas, os srs. delegados gerais de Polícia.

Agradecendo d'antemão o que V. Excia. houver por bem recomendar no sentido de prestigiar a Justiça Eleitoral e assegurar as franquías do *vereditum* popular, apresento ao eminente Chefe do Executivo Estadual, Respeitosas homenagens."

Respondí imediatamente e oficiei à Chefia de Polícia para que expedisse instruções às delegacías e sub-delegacías do interior, no sentido de serem garantidos as manifestações das urnas e a liberdade do pleito.

BALANÇO NA ADMINISTRAÇÃO

Ao assumir o Govêrno, determinei que se procedesse a um balanço na Diretoria da FAZENDA PÚBLICA e na COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, apenas com a finalidade de esclarecer melhor os pontos, sobre os quais teriam de incidir átos de caráter administrativo. Êsse balanço não tem por objetivo atingir esta ou aquela autoridade — e é comum, mesmo imprescindível, em qualquer departamento, mesmo de ordem privada.

Transcrevo dois relatórios a êsse respeito — o da Diretoria da FAZENDA PÚBLICA e o da COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM ; ambos provam o desequilíbrio de nossas finanças e forçaram a ordem de reajustamento dos quadros funcionais, afastando, pelo imperativo da economia, grande número de extranumerários e contratados. Poderão ser aproveitados mais tarde, quando permitirem as finanças e surgirem vagas nos departamentos públicos.

E' concebido nos seguintes têrmos o relatório da Diretoria da FAZENDA PÚBLICA :

DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA

CÓPIA

A Sua Excelência o Senhor Doutor ALVARO BOTELHO MAIA,
Digníssimo Governador do Estado do Amazonas.

PRESENTE

N.º 45 — Manaus, 3 de março de 1951.

Senhor Governador :

Distinguidos pela confiança de Vossa Excelência ao assumir o alto posto diretivo do Estado, para responder pelo expediente da Diretoria da Fazenda Pública, temos a honra e a satisfação de, passados os primeiros dias de administração, examinados os documentos e processos que se encontravam na Diretoria, apresentar-lhe um relato da atual situação econômico-financeira do Amazonas.

A 30 de janeiro próximo passado, quando se encerrou o anterior período governamental, os BOLETINS da Tesouraria acusavam os seguintes saldos :

DE 1950

Do Estado :

Na Tesouraria, em Caixa	50.103,20	
No Banco Nacional Ultramarino ..	4.240,10	
No Banco Popular de Manaus ...	37.263,80	
Na Caixa Econômica Federal ...	7.140,40	98.747,50

Do Monte-Pio :		
No Banco do Brasil		568.634,50
Verbas Federais no Banco do Brasil :		
Construção de Escolas Rurais ...	43.916,40	
Aquisição de Mobiliário.	5.860,00	
Obras de Leprosários	7.894,00	
Depósitos Pró-Leprosários	3.159,70	
Construção da Escola Normal Rural de Itacoatiara...	250.000,00	310.830,10
DE 1951		
Do Estado :		
Na tesouraria, em Caixa..		105.532,90
		Cr$ 1.083.745,00

Do saldo na Tesouraria, em Caixa, referente aos dois exercícios, somando Cr$ 155.636,10, existia apenas em moeda corrente, quantia aproximada de Cr$ 5.000,00, sendo a diferença representada em vales de adiantamentos a funcionários e outros credores do Estado, papeletas de vencimentos com liquidação antecipada e folhas referentes ao mês de janeiro, pagas por antecipação.

Nessa mesma data, com referência ao exercício de 1950, os compromissos do Estado ascendiam a Cr$ 24.315.933,30 assim discriminados :

PESSOAL (vencimentos do exercício de 1950):		
Escolas isoladas (Diurnas)... ...	26.178,50	
Escolas isoladas (Noturnas)	47.712,50	
Diferenças de vencimentos das titulares dessas Escolas..	4.875,00	
Coletores e Guardas-Fiscais.. ...	92.452,10	
Departamento de Saúde Pública	456.540,70	
Magistratura do Interior..	120.000,00	
Polícia Civil...	149.341,90	
Departamento de Estatística.. ...	42.630,90	
Professorado do Interior..	200.000,00	
Professoras substitutas	110.000,00	
Conselho Penitenciário...	7.800,00	
Departamento de Águas..	31.815,20	
Outros pagamentos devidos a professores, magistrados, etc. ...	150.000,00	1.439.346,80
CONSIGNAÇÕES EM FOLHAS DE PAGAMENTO :		
(já descontadas do funcionalismo)		
à Caixa Econômica Federal do Amazonas..	536.128,00	
à Associação Beneficente dos Funcionários Públicos...	108.508,80	
à C.A.P.S.P.E.A.	109.949,10	
ao I.P.A.S.E....	54.356,10	
à Equitativa do Brasil...	3.676,50	
à Sul América..	3.971,10	
à Caixa de Pensões dos Funcionários Municipais	937,60	
ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas..	600,00	818.127,20
CONTAS EMPENHADAS PRONTAS PARA PAGAMENTO :		
Do exercício de 1948	153.004,10	
Do exercício de 1949	410.614,80	
Do exercício de 1950	9.144.244,50	9.707.863,40
MONTE-PIO		
Saldo desta conta...		335.125,40
SALDO DAS PREFEITURAS... ...		1.383.474,10
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA :		
(Taxas s/borracha e castanha)...		49.635,80
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL :		
(Amortizações do empréstimo de 1942)		177.719,80
CASA POPULAR :		
(Arrecadação devida a essa Fundação)		183.873,30
SALÁRIO FAMÍLIA (Saldo de créditos) :		
10 mêses de 1948...	2.197.599,00	
10 mêses de 1949...	2.165.954,00	
10 mêses de 1950...	2.175.650,00	6.539.203,00
ADICIONAL SÔBRE VENCIMENTOS		
(Saldo dos créditos)		
10 mêses de 1948...	1.868.660,80	
10 mêses de 1949...	1.812.903,70	3.681.564,50
		Cr$ 24.315.933,30

Além do total acima, muitas contas do exercício passado estão ainda por empenhar, a falta de verba orçamentária, e outras, embora não pertencentes ao vigente orçamento, foram empenhadas por conta da atual lei de meios.

Nestas condições, pelas verbas discriminadas para o exercício que se inicia, foram empenhadas contas, até 31 de janeiro último, seja nos primeiros trinta dias, num montante de Cr$ 2.167.953,30.

Conforme acentuamos no ofício número 39, de 26 de fevereiro passado, que capeou o BALANÇO da Receita e Despesa, de janeiro a desembro de 1950, o numerário arrecadado para as instituições de previdência e prefeituras do interior, que deveria estar em depósito, conta especial que é, foi consumido pela administração passada, na satisfação de despesas resultantes de créditos especiais e suplementares abertos, sem os indispensáveis recursos, e de novos encargos oriundos de vencimentos, pensões e auxílios, distribuidos sem um justo critério e, na maioria das vezes, sem motivação a mais elementar.

Essas práticas abusivas devem ser abandonadas, não só pelas razões de pura técnica contábil, como também porque o Poder Público não pode, nem deve, lançar mão de recursos alheios, cuja cobrança lhe foi confiada ou dela se obrigou, como também por outros prejuizos de ordem econômica que causa a seus próprios servidores, nas relações com aquelas instituições, sem deixarmos de reconhecer os atropêlos das comunas do interior, para as quais a arrecadação feita pela Fazenda Estadual é uma das rendas certas na execução de seus orçamentos.

x x x

A atual lei de meios, de número 873, de 30 de dezembro de 1950, prevê uma RECEITA de Cr$ 68.070.000,00, enquanto fixou a DESPESA em Cr$ 100.989.119,60, apresentando, portanto, um DEFICIT de Cr$ 32.919.119,60, sem indicar, no seu corpo ou na Lei subsidiária qualquer autorização ao govêrno para cobertura dessa diferença. A êsse desequilíbrio inicial devemos ainda acrescentar os novos compromissos, resultantes das leis votadas, sancionadas ou promulgadas, depois da publicação do orçamento, que mais agravam a atual situação financeira, embora as providências iniciais de Vossa Excelência, para que fôsse sustada a execução do que nas mesmas foi determinado, uma vez que não poderiam vigorar à falta de recursos para atender aos encargos nela previstos, pois êstes eram indicados com referência ao orçamento anterior, sem mais vigência.

Cumpre ainda salientar que, em virtude de créditos especiais abertos em 1950, em dupla vigência, passaram para o orçamento em execução encargos outros num total de Cr$ 5.183.153,40 que, somados ao DEFICIT orçamentário já referido, elevam o mesmo à importância de Cr$ 38.102.273,00, a qual seremos forçados a adicionar Cr$ 24.315.933,30, das obrigações antes discriminadas, perfazendo um total geral de Cr$ 62.880.615,30 o DEFICIT orçamentário do Amazonas, seja uma vultuosa quantia que se aproxima da RECEITA prevista, e assim recapitulada :

DEFICIT ORÇAMENTÁRIO		32.919.119,60
CRÉDITOS DE DUPLA VIGÊNCIA (saldos)		5.183.153,40
COMPROMISSOS DE 1950 .	24.315.933,30	62.418.206,30

O parágrafo 3.º do artigo 95 da Constituição do Estado determina que *"o orçamento conterá obrigatoriamente uma verba variável, correspondente a cinco por cento da previsão da receita, para ocorrer, por meio de créditos abertos durante o exercício financeiro, às despesas que forem autorizadas em lei"*.

Esta verba que, no orçamento vigente, é de Cr$ 3.403.500,00, já foi ultrapassada em Cr$ 1.779.653,40 pelos referidos CRÉDITOS ESPECIAIS com dupla vigência e que, portanto, passaram para o exercício corrente, como um gravame novo.

Afóra essa obrigação extra-orçamentária, o Poder Executivo, terá forçosamente de suplementar verbas, entre as quais as destinadas aos Poderes Legislativo e Judiciário, cujos membros tiveram reajustados os seus subsídios e vencimentos, Tribunal de Contas, que acompanha o Poder Judiciário, Poder Executivo, somente na rubrica PESSOAL exigindo Cr$ 3.369.547,60.

E' êsse o verdadeiro quadro das dificuldades financeiras em que se debaterá o govêrno de Vossa Excelência, no corrente exercício.

x x x

As dificuldades aqui apontadas, na exatidão dos algarismos, poderão vir a ser superadas, buscando-se o reequilíbrio do orçamento, em bases seguras e sob a esclarecida orientação de Vossa Excelência. Sabido é, como da lição dos grandes financistas, que, em condições como a que se apresenta ao Estado do Amazonas, nestes primeiros dias de sua administração, ao Chefe do Govêrno resta o dilema, comprimir as despesas ao máximo que possa ser suportado pelos serviços públicos, ou então utilizar-se da costumeira solução, aumento de impostos, afastada a idéia de um empréstimo interno. Se a primeira é possivel, com a ajuda dos seus auxiliares diretos, quanto à segunda, já atingimos grau bem elevado nas incidências tributárias, embora reste ainda a possibilidade do aumento do imposto de exportação, devidamente autorizada pelo Senado da República (§ 6.º do art. 19 da Constituição Federal e letra c do art. 88.º da Constituição do Estado), e a melhor efetivação da atividade arrecadadora pelo aparelhamento adequado dos serviços fazendários.

De outro lado, sente-se a viabilidade de aumento na exportação dos nossos produtos, embora os prenúncios de guerra, e a alta verificada nos preços da borracha, caso venha a atingir os demais gêneros da nossa economia, poderá permitir uma arrecadação de mais vinte por cento sôbre o previsto.

As condições internacionais, contudo, não nos devem facultar premissas muito animadoras, pelo que preferimos ainda ficar com o princípio das medidas urgentes e inadiáveis para que as despesas estaduais se aproximem, cada vez mais, dos números em que se vêm firmando os de sua receita.

Acreditamos, dada a profusão e facilidade com que foram estabelecidos novos padrões de vencimentos para determinados cargos, a criação de novos serviços e repartições, e, recentemente, o grande número de aposentadorias decretadas e melhoria dos proventos e outras, os favores concedidos a determinadas classes e inativos, em detrimento de outros antigos servidores, ainda mais dificultada ficará a execução do orçamento do corrente ano.

As medidas compressivas que sugerimos, com a devida vênia, serão ditadas por Vossa Excelência, certamente, depois de ouvir os seus ilustres auxiliares mais próximos, porém, cumpre notar que estas não poderão atingir os serviços industriais e a manutenção das instituições hospitalares para os quais as dotações jamais foram suficientes, tanto assim que estamos acostumados a verificar, anual-

mente, no início do segundo semestre, os pedidos de suplementação, pela totalidade, das verbas destinadas aos mesmos. No que diz respeito às demais rubricas — MATERIAL FIXO e PERMANENTE e outras DESPESAS DIVERSAS, possibilidades há de reduções bem acentuadas, devendo os gastos restringirem-se ao mínimo, sem as costumeiras preocupações de atingir os duodécimos consignados.

São estas, Exmo. Sr. Governador, as conclusões a que chegamos, depois de tomar conhecimento da real situação do erário, e, passando às mãos de Vossa Excelência êste RELATÓRIO, não visamos outro objetivo, não nos move outro interêsse, que servir com dedicação e lealdade ao seu Govêrno que se inicia sob os aplausos do povo e a êsse mesmo povo de que somos ínfima parcela.

Atenciosas saudações.

a) ALBERTO ABOUD DAU — Diretor.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO, em Manaus, 10 de março de 1951.

Confere com o original :

Chefe de Secção.

Está conforme :

Diretor.

VISTO :

ARTHUR VIRGILIO FILHO

Chefe de Gabinete.

Como se lê, a 31 de janeiro de 1951, existia apenas, em moeda corrente, na Tesouraria, em Caixa, quantia aproximada de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), enquanto os compromissos, nessa mesma data, atinentes a 1950, excediam Cr$ 24.315.933,30, sendo Cr$ 1.439.146,80 de vencimentos do funcionalismo público.

"Além do total acima, — explica o relatório citado — muitas contas do exercício passado ainda estão por empenhar, à falta de verba orçamentária, e outras, embora não pertencentes ao vigente orçamento, foram empenhadas por conta da atûal lei de meios".

Nestas condições, pelas verbas discriminadas para o exercício que se inicia, foram empenhadas contas, até 31 de janeiro último, seja nos primeiros trinta dias, num montante de Cr$ 2.176.953,30.

"O numerário arrecadado para as instituições de previdência e prefeituras do interior, que deveria estar em depósito, conta especial que é, foi consumido pela administração passada, na satisfação de despesas resultantes de créditos especiais e suplementares abertos, sem os indispensáveis recursos, e de novos encargos oriundos de vencimentos, pensões, auxílios, distribuidos sem um justo critério e, na maioria das vezes, sem motivação a mais elementar".

x x x

A Lei n.º 873, de 30 de dezembro de 1950, orçamento para 1951, foi publicada com grandes lacunas e não exprime a verdade, principalmente em relação à despesa. Não foram incluidas as majorações, decorrentes de créditos posteriores, votados nas últimas sessões do Legislativo, em várias rubricas, entre as quais sobressaem, em vulto mais acentuado, subsidios e vencimentos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, que ascendem, somente na rubrica pessoal, a mais de Cr$ 3.369.547,60.

Impõe-se, por certo, uma republicação da lei orçamentária, não para modificá-la, o que não seria possivel, sem leis especiais, quanto a despesas, mas para a exatidão das somas e precisão dos cálculos. Essa republicação poderá ser revisionada pelos técnicos da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA e da FAZENDA PÚBLICA.

A verba variável do orçamento (art. 95, § 3.º, da Constituição do Estado) "correspondente a 5% da previsão da receita, para ocorrer, por meio de créditos abertos durante o exercício financeiro, as despesas que foram autorizadas em lei", Cr$ 3.403.500,00, já foi ultrapassada em Cr$ 1.779.613,40, gravando o presente exercício, restando, portanto, uma cobertura legal de Cr$ 1.623.847,60 para os créditos especiais do ano corrente.

A administração finda utilizou-se dos seguintes depósitos : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO AMAZONAS, ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, C.A. P.S.P.E.A., I.P.A.S.E., EQUITATIVA DO BRASIL, SUL-AMÉRICA, CAIXA DE PENSÕES DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA GRÁFICA, no total de Cr$ 818.127,20 e do MONTEPÍO, no total de Cr$ 335.125,40, saldo das Prefeituras, na importância de ..... Cr$ 1.515.840,00.

Restam somas avultadas a fornecedores de lenha e gado, auxílios e subvenções; dia a dia, surgem novas contas, muitas não empenhadas, sem regime de concorrência pública, estabelecido pelo artigo 132, da Constituição do Estado.

x x x

O ano corrente decorrerá em esfôrço diuturno para proporcionar ao Amazonas um caminho mais firme, a começar pela restrição e impedimento de despesas, sob o rigôr dos duodécimos orçamentários. Departamentos, como a SAÚDE PÚBLICA, a IMPRENSA OFICIAL, POLÍCIA CIVIL e DEPARTAMENTO DE AGUAS, têm grandes parcelas de extranumerários e contratados : DEPARTAMENTO DE SAÚDE, 259 extranumerários e contratados; IMPRENSA OFICIAL, 51; POLÍCIA CIVIL, 80; COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, ; DEPARTAMENTO DE AGUAS, 49.

Recebem gratificações desiguais, que ultrapassam os duodécimos regulamentares, cuja suplementação se torna difícil, no presente ano financeiro, crivado de *deficits*.

ANO FINANCEIRO

O oficio n.º 39, de 26 de fevereiro de 1951, da Diretoria da Fazenda Pública, impede otimismos quanto ao ano corrente : o movimento bruto atingiu a Cr$ 88.905.621,20 ; a receita, propriamente do Estado, prevista em Cr$ 64.540.000,00, elevou-se a .... Cr$ 72.893.949,20, ou seja, uma diferença para maior de ..... Cr$ 8.353.949,20.

> "E' êsse o motivo — acrescenta o Diretor da Fazenda Pública — porque a arrecadação do Montepio, tendo alcançado Cr$ 1.122.886,30, enquanto a despesa dessa Instituição foi de Cr$ 787.760,90, o saldo credor de Cr$ 335.125,40, não se vê lançado na rubrica competente, pela aplicação indevida, o mesmo acontecendo com os saldos das Prefeituras, de ..... Cr$ 1.515.840,00, e com as consignações em folhas de pagamento, destinadas a várias organizações de previdência. Prática pouco recomendável, proibida por lei, dela resultando para o Estado uma situação difícil, foi por meio dela que o erário arcou com as enormes obrigações resultantes de créditos especiais e suplementares, abertos no mesmo exercício, ficando agora onerado com a solução desses compromissos, afóra o natural descrédito que resulta dessas atividades".

Não há também motivos para pessimismos e sim de ação para corrigir êsse desnivelamento. Redução de gastos, fiscalização tributária, impedimento de novas despesas, córtes de despesas transferíveis, reestruturação da Fazenda Pública em moldes severos e capazes, revigoramento dos postos fiscais, maximé nas regiões fronteiriças e ao longo do Baixo-Amazonas, onde se trái o Estado, se mercadeja o suor dos trabalhadores do interior, no desvio criminoso das rendas do pôvo. Em vez de receber a assistência, êsse dinheiro, furtado ao erário público, canalisa-se para esbanjamentos de inescrupulosos, que não vacilam em constituir fortunas baseadas na miséria coletiva.

O drama financeiro não se restringe ao Amazonas : o Govêrno Federal acaba de determinar a suspensão de "Restos a Pagar", como providência de acautelamento e equilíbrio financeiro.

O córte nas despesas se reduzem a unidades isoladas no Amazonas ; o *deficit* presumível, no orçamento federal, atinge a .... Cr$ 6.800.000,00 e o Ministro da Fazenda pediu o corte de mais de Cr$ 3.000.000,00, atingindo Ministérios como os da Guerra e Aeronautica.

Como acusar severamente o Govêrno de um Estado financeiramente pôbre, agravado em sua vida administrativa por muitos atos protelares, como subvenções, auxílios, criação do Tribunal de Contas e aumento do funcionalismo ?

As dívidas resultantes de contas empenhadas anteriormente à atual administração, exigem pagamento : não podem ficar na insolvência os comerciantes que, honesta e confiadamente, contribuiram para manter os serviços públicos.

Quando permitir a nossa situação, e dentro de um esquema suasório, devem ser satisfeitos com equidade, sem privilégio de credores.

PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça e os demais órgãos do Poder Judiciário têm merecido a cooperação dos demais poderes, quanto a vencimentos e prestigio, que lhes cabe, no exercicio de suas elevadas funções.

A Chefia de Polícia recebeu instruções no sentido de prestigiar as entidades judiciárias no interior, onde são elementos de cultura, de sociabilidade, e, em outros lugares, de educação de meio e pacificação dos moradores.

TRIBUNAL DE CONTAS

O artigo 1.º da Lei n.º 873, de 30 de dezembro de 1950, fixa a receita em Cr$ 68.070.000,00 ; a despesa em Cr$ 100.989.119,60 ; há um *deficit*, a descoberto, de Cr$ 32.919.119,60. Não alvitra essa lei qualquer medida para a cobertura dêsse *deficit*.

A Constituição do Estado, art. 95, § 8.º, como, de resto, em todas as leis básicas e de contabilidade, estabelece :

"Nenhum encargo de despesa será criado para o Estado sem haver estipulação da respectiva verba ou a indicação dos recursos financeiros destinados a atendê-lo".

A situação do Estado já era deficitária, quando se instituiu o Tribunal de Contas, como um reduto político, gravando as despesas em Cr$ 898.290,00, ou sejam Cr$ 1.000,000,00 com as suplementações e reforços de verbas.

Não cogitou a Constituição do Estado da instituição dêsse Tribunal de Contas ; no art. 37, letra XIV, estatuiu, entre as atribuições e responsabilidades do Governador, — "aplicar os créditos votados pela Assembléia Legislativa, não podendo ser tirada da Fazenda Pública, quantia alguma, cuja aplicação não esteja definida em lei".

A Assembléia Legislativa é um poder fiscalizador e julgador, nos crimes de responsabilidade do Governador do Estado, entre os quais se incluem, pelo art. 39, letras IV, V, VI, a publicidade da administração, a execução da lei orçamentária, a guarda e o legal emprego de dinheiros públicos. Não se lhe nega tambem, pelas suas comissões, notadamente a de Finanças, a função de um verdadeiro Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas, num Estado deficitário, com largas dívidas a pagar, inclusive de obras assistenciais, onde há órfãos sem roupa, pôde ser dispensável, e assim o compreende o Estado do Pará, de maiores possibilidades que o Amazonas. O Governador do visinho Estado convocou extraordinàriamente a Assembléia Legislativa simplesmente para êse fim — tornar a lei sem efeito, em razão de irregularidades regimentais e constitucionais, ou seja, embora com uma gravidade maior, a mesma situação do Amazonas.

CASA DO AMAZONAS

A situação asfixiante de nossas finanças obriga a impedir, pelo menos até relativo equilíbrio, qualquer despesa que possa ser evitada ou proibida. A CASA DO AMAZONAS, estabelecida à rua México, no Rio de Janeiro, foi instalada pelo Doutor Júlio Nery, quando exerceu a Interventoria Federal. Sobravam razões ao ex-governante, porque o Estado se encontrava em condições de satisfazer os compromissos com a sua manutenção e seria mesmo uma forma de articular os negócios públicos, na Capital da República, quando tinhamos casos, resultantes do govêrno interventorial.

Êsses casos já se acham normalizados e temos uma Bancada Federal. Ninguem póde negar os serviços prestados pelo Senhor Raul de Azevedo ao Amazonas, com devotamento e rigorosa honestidade, mas essa medida se impunha, ao menos nestes primeiros tempos.

Não ha crédito no orçamento para dispender com a CASA DO AMAZONAS, adstrita à reduzida verba EVENTUAIS, no total de Cr$ 300.000,00 para atender a passagens requeridas por funcionários e a outros gastos imprescindiveis. A CASA DO AMAZONAS consumia, mais ou menos, Cr$ 120.000,00 por ano, o que importava em Cr$ 430.000,00 num quatriênio, quantia bastante para a construção de um grupo escolar, em que poderão asilar-se centenas de crianças, sem lecção atualmente, pela carência de matrículas, professores e prédios.

REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Os prédios das repartições públicas reclamam, em sua maioria, pinturas e consertos urgentes, que serão realizados, pouco a pouco, obedecendo a um quadro de reparação. A população escolar cresceu, exigindo novos edifícios. Cinco pontos da cidade exigem êsses prédios — a rua Duque de Caxias, onde precisa ser substituido o Grupo Escolar GONÇALVES DIAS; avenida João Coêlho, no início da nova estrada para São Raimundo; nos bairros de São Raimundo, Educandos, Aparecida e Matinha.

O material de outras repartições, como a Imprensa Pública e o Departamento de Educação e Cultura, está desfalcado. Será aberta, em tempo oportuno, a concorrência legal para a respectiva substituição.

A pintura e o reforçamento das pontes antigas incluem-se entre as obras intransferiveis de Manaus. A segunda ponte, à avenida Sete de Setembro, prejudicada pelas aguas, tem um flanco brechado, ameaçando maiores prejuizos.

Foi recomendado, aos Chefes dos departamentos públicos, o máximo cuidado em servir os postulantes, sejam quais forem as suas convicções partidárias, e em fornecer à imprensa os dados necessários sobre a movimentação dos negócios administrativos.

REPARTIÇÕES FEDERAIS E CAIXA ECONÔMICA

O Govêrno mantém ótimas relações com os departamentos federais; compreendem todos a necessidade de união e cooperação para maior rendimento de serviços a prol do Amazonas e do Brasil.

Dentre os diversos órgãos do Servico Público Federal aqui sediados, é digna de menção a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, pelos inestimáveis serviços já prestados à coletividade, principalmente à classe dos Servidores públicos.

Sob a modalidade de empréstimos rápidos, mediante o desconto em folha de vencimentos, já foram atendidos cerca de 4.000 funcionários, e, para tal fim, a Caixa dispendeu cifras superiores a VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS, o que muito auxiliou o funcionalismo, até então sujeito às garras da agiotagem.

No momento está sendo estudada uma fórmula conciliatória para a regularização do recolhimento das consignações arrecadadas do funcionalismo estadual a favor dessa autarquia, as quais foram criminosamente desviadas pelo Govêrno anterior, dando margem a que ficassem paralizados quaisquer benefícios à classe dos servidores.

Graças às providências tomadas para a regularização dessas obrigações, dentro em breve essa autarquia poderá reiniciar suas transações com o funcionalismo do Estado.

Reportando-me, ainda, à ação desenvolvida pela Caixa Econômica Federal, em nosso meio, devo salientar o plano de urbanismo que a mesma está executando, através de financiamentos destinados à construção de novas residências, cujo plano melhorou o aspecto de nossa capital, e tem possibilitado trabalho a centenas de artífices, além de cooperar para o incremento das rendas do erário público, com a aquisição, nas praças do Sul, dos materiais imprescindiveis às obras em aprêço, e que aqui ainda não são industrializados.

Relativamente ao interior, a sua colaboração já se fez sentir, como ocorreu há pouco com a Prefeitura Municipal de Coarí, que obteve um empréstimo de trezentos mil cruzeiros, — garantido pela quota parte que lhe cabe na arrecadação do Imposto de Renda da União, e que se destinou à construção de um Mercado e diversas pontes na séde do mesmo município.

A administração da Caixa Econômica Federal, sob a Presidência do doutor Aldemir Paes Lima de Miranda, com a cooperação dos Diretores doutores Domingos Hamilton Botelho Mourão e Raymundo Sá Antunes, está planejando novos investimentos locais, para o que contará com o apoio do Govêrno do Estado, que não ficará alheio às iniciativas para o bem estar do povo.

Há outras contribuições valiosas:

O arranha-céu construido pelo IAPETC, compreendendo 50 apartamentos, além de salas para escritórios, auxiliará o descongestionamento da cidade, nas aperturas de casas residenciais.

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

O Govêrno nomeou uma Comissão Administrativa Provisória para atualizar os serviços da Comissão de Estradas de Rodagem e, posteriormente, o Senhor XENOPHONTE ANTONY, para seu administrador.

A situação era e é difícil: foi gasta em 1950 a importância de Cr$ 78.127.544,50, distribuida em Cr$ 65.940.340,00 das dotações recebidas e Cr$ 12.189.204,50 de dívidas contraídas nêsse mesmo exercício, em que não foram pagas até as contribuições descontadas aos operários em favor do IAPI e IAPETC.

À luz dêsses algarismos, havia uma despesa diária de ..... Cr$ 260.000,00.

Adquiriram-se máquinas no total de Cr$ 47.218.757,10, algumas consideradas imprestáveis, outras em reparos, verificando-se a diferença de 33% do valor da aquisição.

Os adiantamentos, para aquisição de cimento e máquinas e compra de uma barcaça a uma firma de Belém, que a mandou construir no Rio de Janeiro, elevam-se a Cr$ 4.000.000,00.

A lei prevê 15% da dotação para o pagamento do pessoal administrativo, ou sejam um duodécimo de Cr$ 287.875,00. O pessoal administrativo, em janeiro, consumiu Cr$ 774.747,90 e os trabalhadores de campo cerca de Cr$ 1.000.000,00 mensalmente.

Essas anormalidades forçaram as medidas do Govêrno, relativamente à adaptação dos serviços à realidade dos algarismos. Traça-se novo plano, dentro das possibilidades financeiras, executado regularmente.

O relatório, apresentado pela Comissão Administrativa, sob a presidência do Doutor LEOPOLDO DA SILVA LOUREIRO, positiva as irregularidades e o desequilíbrio da Comissão de Estradas de Rodagem:

Senhor Governador: A Comissão Administrativa Provisória, designada por V. Excia. no Decreto n.º 1, de 1 de fevereiro último, vem, neste relatório, trazer ao conhecimento de V. Excia., uma síntese das suas atividades.

Dando início a essas atividades, a Comissão verificou desde logo a necessidade imperiosa de ser feita a tomada de contas da Tesouraria a cargo do Tesoureiro Doutor ANTONIO DE ANDRADE FILHO, encontrando a escrituração perfeita não obstante alguma irregularidade, que se resume principalmente na existência de "vales" com o visto do ex-governador. Êsses "vales" de trabalhadores uns e de fornecedores outros, totalizavam a importância de Cr$ 579.426,40. No Caixa, saldo próprio, existiam ..... Cr$ 85.489,90, sendo certo que constava o saldo escriturado de Cr$ 664.916,30, isso pelo elevado número de "vales", inclusive um de Cr$ 100.000,00, de empréstimo à Prefeitura de Manaus. Depois das formalidades legais, encerramos dito "Caixa", lavrando de tudo um têrmo. Foi, para não haver solução de continuidade nos trabalhos da C.E.R.A., mandado iniciar a escrituração do "Caixa" a contar da data do balanço.

A cargo dos contabilistas Tancredo Moreira Lima, membro desta Comissão, e Arthur Eloy de Barros Pimentel Junior, êste pôsto à nossa disposição para auxiliar os trabalhos de pesquizas nos arquivos, foi dado inicio à revisão da Secção de Contabilidade, cuja responsabilidade cabia ao Senhor Raimundo de Alcântara Figueira, que não assistiu a êsses trabalhos por ter embarcado para o sul do País, no dia seguinte, segundo é do nosso conhecimento, declarando, antes já haver solicitado demissão das funções de contador.

A escrituração da C.E.R.A., é praticamente inexistente, de vez que sòmente no período de janeiro a novembro de 1950 foram contabilizadas as despesas realizadas; no período anterior, isto é, de 1946 a dezembro de 1949, não existe nenhuma contabilidade.

Irregularidades várias foram por nós constatadas, ressaltando adiantamentos de vultosas importâncias oriundas de ordens absurdas do ex-governador Julio de Carvalho Filho, sobre a aquisição de cimento e máquinas a firmas desta praça, bem como a compra de uma barcaça à firma B. Soeiro & Cia., da praça de Belém do Pará, embarcação essa ainda em construção nos estaleiros do Rio de Janeiro. Êsses adiantamentos se aproximam de Cr$ 4.000.000,00. Tais irregularidades vêm sendo apuradas pela Comissão, que vem agindo sobretudo com a maior discreção.

x x x

Como é do conhecimento de V. Excia., esta Comissão tomou o depoimento de pessôas envolvidas nessas transações, documentos êsses que foram presentes a V. Excia., a quem na mesma oportunidade foram feitos relatos verbais minuciosos de todas as ocorrências. Por êsses depoimentos, que estão em poder desta Comissão, ficaram plenamente constatadas tais irregularidades, as quais, uma vez levadas à Justiça Pública, terão o desfecho esperado com a provável punição dos culpados.

Não será jamais possível saber-se da verdadeira situação de muitas das transações de vulto efetuadas em várias épocas, isto porque, como já referimos, é inexistente a contabilidade na C.E.R.A. Portanto, apenas algumas dessas transações, feitas com propósito menos lícito, até agora foram por nós descobertas. Todavia, esperamos, com a continuidade de nossas investigações, lograr maior êxito na apuração das demais irregularidades porventura existentes.

x x x

Conforme já apuramos, foi gasta em 1950, pela C.E.R.A., a vultosa importância de Cr$ 78.129.544,50.

Êsse total compreende Cr$ 65.940.340,00 das dotações recebidas e Cr$ 12.189.204,50, até agora apurado, de dívidas contraídas nêsse mesmo exercício, oriundas de fornecimentos feitos pelo comércio de Manaus e de contribuições descontadas aos operários em favôr do I.A.P.I. e I.A.P.E.T.C.

Êsse total anual, de gastos efetuados, equivale a uma despesa diária de Cr$ 260.000,00, evidenciando de maneira irrefutável a orgia administrativa de então.

x x x

Louvando-se esta Comissão em documentos encontrados, chegou à conclusão de haverem sido adquiridas MÁQUINAS e demais materiais no valôr de Cr$ 47.218.757,10.

Devemos ressaltar que dessa importância, isto é, das dotações recebidas no Fundo Rodoviário Nacional, foi entregue à firma MARIO NOVELLI, para as obras da Ponte de São Raimundo e

abertura da estrada BR 17, a importância de 10.700.000,00 por conta dos congelados e Cr$ 8.582.252,60 de adiantamentos feitos pela C.E.R.A., das suas próprias verbas.

Os preços de materiais e máquinas adquiridas foram excessivamente elevados, conforme se poderá constatar das faturas e outros documentos; exhorbitantes tambem eram os ordenados dos funcionários, que pesavam no orçamento pelo elevado número, aliás desnecessários.

DOTAÇÃO PARA 1951 — O. F.N.R. (Fundo Nacional Rodoviário) consignou, para o corrente exercício, a verba de ..... Cr$ 30.030.000,00. Desta dotação, pertencem aos municipios, inclusive ao de Manaus, Cr$ 6.006.000,00, restando para o plano de obras da C.E.R.A., Cr$ 24.024.000,00. Desta última importância, 15% — Cr$ 3.603.600,00 — destinam-se à Administração Geral; 50% Cr$ 12.012.000,00 — à Construção e Conservação; 4,39% — Cr$ 1.054.653,00 — à Estudos e Projétos; 0,8% Cr$ 192.192,00 — à Desapropriações e Indenizações; 0,3% Cr$ 72.072,00 — à Aquisição de Imóveis; 9,15% Cr$ 2.198.196,00 — à Aquisição de Veículos, Máquinas e Utensilios; 2,93% — Cr$ 703.904,00 — à Equipamento Mecânico e Oficinas; 16,48% Cr$ 3.959.155,00 — à Obras de Arte; e 0,86% Cr$ 206.606,00 — à Eventuais.

Convém ressaltar que os 15% da dotação enviada e destinada ao pagamento do pessoal administrativo dão um duodécimo de Cr$ 287.875,00. Entretanto, o pessoal administrativo da C.E.R.A., conforme verificação da folha de pagamento de janeiro de 1951, consumia Cr$ 774.747,90, enquanto os trabalhadores de campo, diaristas, absorviam cerca de UM MILHÃO DE CRUZEIROS, mensalmente!

Daí porque esta Comissão sugeriu desde logo a V. Excia. a medida de economia consubstanciada no primeiro relatório parcial enviado ao Govêrno e deu ensejo à reestruturação contida no decreto n.º 3, de 14 de fevereiro p.p. Por essa reestruturação as despesas com o pessoal administrativo ficaram cobertas pelo doudécimo e, portanto, normalizadas, uma vez feitas as dispensas respectivas, do pessoal excedente.

Os serventuários atingidos pelo decreto n.º 3, foram imediatamente afastados. Todavia, para que a C.E.R.A., não paralizasse suas atividades, tomou-se a deliberação de conservar em seus postos, provisòriamente, alguns servidores absolutamente necessários aos diversos serviços.

Em outros setores de trabalho, grande era o número de empregados que superlotavam suas dependências. Daí porque, mui justamente, como medida de economia, resolveu esta Comissão mandar dispensar os excedentes, pagando-lhes rigorosamente, o que lhes facultava receber face aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho. Com essas providências, sem afetar o bom andamento das atividades rodoviárias, logrou a C.E.R.A., quasi estabilizar-se no que tange aos gastos com o pessoal.

x x x

Desaconselhável seria a paralização ou a suspensão temporária das obras que vinham sendo executadas. Por isso, tomou esta Comissão a deliberação de mandam prosseguir, por imprescindiveis e inadiáveis, os trabalhos da construção da Ponte dos Bilhares, abertura da BR 17, setôres 01 e 02 (Boulevard Amazonas e Avenida João Coêlho) e os de conservação das diversas estradas, principalmente no trecho da Ponte Metálica à Casa Amarela, na Cachoeirinha, de intenso tráfego de veículos pesados.

Senhor Governador:

Cabe-nos ainda, como medida informativa, esclarecer ao Govêrno do Estado o número e o estado da maquinária existênte e de propriedade da C.E.R.A.

Para facilitar estas notas e na impossibilidade de enumerar todas essas máquinas e veículos, damos abaixo, apenas o número e a percentagem equivalente ao seu valôr atual, de vez que as mesmas sofreram já, com o uso, a natural depreciação:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VEICULOS E MÁQUINAS — A quantidade existente, seu valôr aproximado e a percentagem da depreciação:

Máquinas Rodoviárias — 57; em uso — 30; em conserto — 25 e imprestáveis — 2. *Veículos* — 75; em uso, 46; em conserto 20 e imprestável 1; ausentes 8. *Máquinas Ferramentas* — 59; em uso 40; em conserto 17 e imprestáveis 2. Estas máquinas acham-se depreciadas em 33% do seu valôr de aquisição.

x x x

ASSUNÇÃO DO NOVO DIRETOR — Por decreto de V. Excia. do dia 27 de fevereiro p.p., foi nomeado para o cargo de Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem, em caráter provisório, o Sennor Xenofonte Antoni, que vinha compondo a Comissão Administrativa Provisória. O novo Diretor assumiu o exercício do cargo no dia 28 de fevereiro findo, passando a tomar todas as providências para a normalização da vida administrativa da C.E.R.A.

O referido Diretor, obtendo sempre a cooperação dos demais membros da Comissão Administrativa Provisória, deu início ao seu programa de trabalho, que abaixo vai relacionado.

OBRAS INICIADAS: — Pavimentação da praça General Thaumaturgo, no início da rua Quintino Bocaiúva, fronteira ao Hotel Ajuricaba; pavimentação do trecho da avenida Floriano Peixôto, entre a Lima Bacuri e José Paranaguá; calcetamento do trecho da rua Ferreira Pena, lado Norte da rua Silva Ramos, para a localização da Feira Municipal, a pedido do Prefeito Walter Reyol; terraplanagem da praça 14 de janeiro e trechos das ruas Tarumã e Emilio Moreira.

— Levantamento topográfico do bairro de São Raimundo para efeito de pavimentação das ruas 5 de setembro e Virgílio Ramos e de outras ruas transversais do mesmo bairro.

— calcetamento do trecho da rua Silva Ramos, entre o Alto de Nazaré e a Praça Santos Dumont inclusive.

— Pavimentação e respectiva urbanização da Praça Chile, em Adrianópolis, e do trecho compreendido entre o Boulevard Amazonas e a mesma praça Chile.

ESTUDOS E PROJÉTOS: —

I — Continuação da rodovia BR 17 (Manaus — Caracaraí) — do Plano Rodoviário Nacional;

II — Rodovia Manaus — Itacoatiara — do plano estadual;

III — Rodovia Humaitá — Lábrea — do plano estadual;

IV — Retificação das estradas de Campos Sales e Aleixo — do plano estadual;

V — Construção da Ponte ligando o bairro de Constantinópolis, pela avenida Waupés — via de acesso ao aeroporto internacional de Manaus — plano de obras da atual Diretoria;

VI — Construção de um viaduto ligando as ruas Quintino Bocaiúva — Isabél e Doutor Alminio — Plano de obras da atual Diretoria;

VII — Ligação da rua Quintino Bocaiúva com a rua Oriental, em aterro com muro de arrimo — Plano de obras da atual Diretoria;

VIII — Modernização da Avenida Eduardo Ribeiro com pavimentação asfáltica à base de concreto, incluindo passeios e refúgios com mosaicos de pedra calcárea e basalto e sistema de iluminação modernizada — Plano de obras da atual Diretoria.

x x x

Senhor Governador:

Neste Relatório condensamos todas as atividades desenvolvidas pela Comissão Administrativa Provisória e pela nova Diretoria da C.E.R.A., cujos componentes outra intenção não tiveram senão servir ao Estado e ao Govêrno de V. Excia., a quem renovamos, nesta oportunidade, as expressões da nossa solidariedade, com os melhores votos de felicidades para a administração honrada e fecunda iniciada a 31 de janeiro, para maior glória do Amazonas jamais esquecido por seus filhos diletos. Saudamos a V. Excia.

(aa) LEOPOLDO DA SILVA LOUREIRO, Presidente
TANCREDO MOREIRA LIMA
ARIOLINO DE AGUIAR AZEVEDO
LIMIRIO DE ARAÚJO COSTA
XENOPHONTE ANTONY, Diretor da C.E.R.A.

DEPARTAMENTO DE AGUAS

O Departamento de Aguas de Manáus, pela renovação do maquinismo existente, acha-se a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que firmou um contráto, a êsse respeito, com o Estado, na administração passada.

O maquinismo já se encontra na usina do Bombeamento e, desde que sejam proporcionados os créditos precisos ao SESP, será possivel, talvez, a instalação dos novos serviços até o fim do ano, quanto ao bombeamento da agua comum, ainda sem tratamento.

O Serviço dispõe de duas máquinas, uma das quais estava sem funcionamento. O Govêrno determinou os consertos no segundo grupo, nos barrancos, derruidos pelas chuvas, e na escadaria. Urgem novas casas para os trabalhadores, a construção de novas residências e a limpesa dos arruamentos.

O escritório central não comporta os serviços crescentes.

Igual aos Serviços Elétricos, o Departamento de Aguas é deficitário e não rende para o fornecimento de combustivel e aquisição de material.

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

O problema angustiante da energia elétrica póde ser desdobrado em duas fases:

a) melhorar o serviço atual, como medida transitória à instalação do maquinismo definitivo;

b) instalação de maquinária moderna que possa preencher as necessidades de Manaus.

A primeira parte consistiria na conservação do material em funcionamento acrescido de motôres, que assegurem energia suficiente para os vários setôres de Manaus.

O Govêrno anulou a compra de dois motôres do MADALENA, naufragado no litoral do Rio de Janeiro e oferecidos pela importância de Cr$ 5.590.000,00, constante do plano SALTE.

Havia inúmeras irregularidades nessa aquisição, entre as quais o prêço avultado da venda dos motôres, que teriam sido ofertados por prêços menores a comerciante local.

A repartição dos Serviços Elétricos publicará, em consequência, edital de concorrência para a compra dos referidos motôres.

A segunda parte — instalação de maquinário moderno — preocupa o Govêrno, multiplicado em esforços para resolver a questão: deu pleno conhecimento ao Senhor Presidente da República, que prometeu apoiar essa antiga aspiração do nosso pôvo.

Os recursos estaduais, impotentes para o desenvolvimento de nossas necessidades elementares, não cobrem, de momento, as despesas com obras de tamanho vulto. Tais obras devem obedecer a um plano longo de amortização.

O relatório da Comissão Administrativa dos Serviços Elétricos, presidida pelo Doutor JATYR PUCU' DE AGUIAR, e composta dos Senhores MANOEL BASTOS LIRA, VENANCIO IGREJAS LOPES, ELIAS FERREIRA DA SILVA e Doutor LEOPOLDO DA SILVA LOUREIRO, esclareceu a situação econômica, a compra de lenha, o tráfego dos bondes, a situação das uzinas e o quadro de funcionários.

Impera o *deficit* em setôres dos Serviços Elétricos, notadamente no quadro do pessoal, que, de Cr$ 452.796,00 do tempo da empresa concessionária, atingiu a Cr$ 621.592,00 ou seja uma diferença de Cr$ 168.790,50.

A dívida dos Serviços Elétricos com a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado (CAPSPEA) eleva-se

a Cr$ 1.455.005,70, provenientes de arrecadações efetuadas de novembro de 1 949 a janeiro de 1 950. Devem Cr$ ..... a fornecedores de lenha.

Tem a receber Cr$ 1.345.842,30, sendo Cr$ 980.804,50 do Estado e Cr$ 365.037,80 do Município de Manaus.

E' o seguinte o relatório apresentado pela Comissão :

CÓPIA

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

Exmo. Sr. Governador do Estado :

Estamos diante de V. Excia. com uma síntese do estado atual dos S.E.E. Como êste setor da administração se encontra mergulhado num "deficit" bem sensível, é natural que o seu problema econômico esteja à frente de qualquer preâmbulo administrativo. Devemos ressaltar que esta situação angustiante já foi por nós encontrada, cabendo-nos, como tambem, a V. Excia. tão somente providenciar pela sua reparação imediata, por tratar-se dum serviço público de enorme responsabilidade e valia. Assim, passaremos a focalisar apenas, a parte ja referida :

SITUAÇÃO ECONÔMICA — Antes da encampação, pelos dados que compulsamos, pudemos verificar, que a situação financeira da concessionária, a "THE MANAUS TRAMWAYS AND LIGHT COMPANY LIMITED", embora, não sendo folgada — devido, especialmente, ao "deficit" provocado pela secção de tráfego — tocava, entretanto, bem perto o equilíbrio. Assim, possuia, a referida empreza britânica em contas a receber Cr$ 2.240.097,40 e a pagar Cr$ 1.101.316,30. Sua situação diante da CAPSPEA era normal. Faltavam-lhe recolher os descontos dos mêses de novembro de 1 949 a janeiro de 1 950, num total de Cr$ 281.854,10, mas, possuia em depósito no Banco de Londres a quantia de .... Cr$ 224.635,20, com a qual poderia imediatamente procurar sua quitação com a previdência social a que estava obrigada pela Lei.

Esta situação de "quasi" otimismo, entretanto, não foi siquer imitada pelos representantes do Govêrno, do Estado, colocados à plus" do primeiro mês de administração estadual seguiu-se o "deficit" alarmante de Cr$ 3.000.000,00, de dividas a fornecedores e a testa dos SERVIÇOS, quando da sua encampação. Após o 'sur-CAPSPEA como o que vimo-nos debatendo até agora. As causas, do desequilíbrio enorme, podem ser encontradas, facilmente, com o compulsar dos relatórios da Contadoria dos S.E.E. Depreenderemos, do seu estudo, que o tráfego continúa a onerar pesadamente o nosso orçamento, contribuindo ainda, para a nossa insatisfação financeira, o elevado custo do combustível vegetal empregado nas nossas Usinas, a pequena capacidade destas, em face às requisições atuais de energia elétrica, o aumento do quadro de funcionários operado na primeira gestão estadual, o baixo custo do KW força e a inexistência de medidores em mais de 50% dos nossos consumidores.

Especificando :

LENHA — Por mais absurdo que parecer possa, a-pesar-de estarmos localisados na maior densidade florestal do mundo, o combustível das nossas Usinas, a "Lenha" chega aos nossos depósitos, a terrestre (arredores de Manaus) pelo preço que varia de Cr$ 68,00 a Cr$ 124,58 a tonelada e a desembarcada por "via-fluvial" originária dos rios Negro, Solimões e Preto por preço que oscila entre r$ 68,00 a Cr$88,35.

O consumo da Usina Central, no Plano Inclinado, se eleva a 4.200 toneladas mensais e a Sub-Usina, da Cachoeirinha, a 800 toneladas no mesmo espaço de tempo. Só pela enorme quantidade de lenha exigida, podemos avaliar, facilmente, o dispendio elevado a que nos submetem as maquinárias existentes que, afóra outros precalços, lutam com aqueles que lhes advêm através do seu obsoletismo natural, pois, são máquinas, com mais de quarenta anos de trabalho ininterrupto, muita vez, dentro e muitas fóra, dos seus limites de sobrecarga permitida, sem que as possamos assistir como devem, pela falta, até agora, de grupos sobressalentes.

O orçamento dos S.E.E., diante do custo elevado da lenha e da quantia empregada, dispende, só para a aquisição de combustível com a elevada cifra de Cr$ 443.408,80, mensalmente, o que equivale a 60% da receita que é de Cr$ 720.000,00.

BONDES — O tráfego continúa a pesar sobremaneira no orçamento dêstes S.E.E., sendo motivo exponencial para o "deficit" que se acentua cada vez mais. Esta situação anormal com relação ao tráfego deixou de ser problema manauense, como pode parecer a muitos, extravasando-se para além, para os demais estados federativos, nos quais especialmente, do norte, de há muito, que não rodam os veículos elétricos. Para exemplicar, citaremos o Pará, Ceará, Pernambuco, etc., etc.. No Amazonas, a situação ainda não chegou ao "climax", já atingido nessas unidades da federação brasileira. Ainda circulam pelas nossas ruas e avenidas os nossos bondes, e, isto a-pesar-das condições precárias em que lutamos, para a aquisição do material indispensável aos seus reparos. Aliás, a insustentabilidade do tráfego tem suas origens, no custo elevadissimo destes materiais. Com relação ao de Manaus, acresce ainda, dizer que tratando-se de "trucks", motores, a maioria deles originária dos primeiros tempos do transporte elétrico, do qual a nossa cidade orgulhava-se de ter sido a pioneira, entre as outras capitais brasileiras constituem-se em material já de construção "descontinuada", impossivel pois, de obtê-los com as vantagens do material estandar. Precisamente, pela falta de material sobressalente, estamos reduzidos a 8 ou 9 bondes dos 45 que trafegaram, nos bons tempos da concessionária britânica, isto em 1 939, pleno período da Interventoria Alvaro Maia.

A politica da redução de pessoal em face à redução dos veículos, foi sempre oposta à levada pelos responsáveis diretos dos S.E.E. do período encampação. Assim a concessionária britânica mantinha para 10 bondes em tráfego o quadro abaixo :

Antes da encampação

Menor número de bondes em tráfego.. ...	10
Número de condutores em serviço	53
Número de motoristas em serviço	19
Número de fiscais em serviço	18

que foi elevado, em parte, pelos administradores estaduais como podemos observar no quadro atual desta secção :

Depois da encampação

Menor número de bondes em tráfego.. ...	7
Número de condutores em serviço	52
Número de motoristas em serviço	37
Número de fiscais em serviço	18

USINAS — Outro dos pontos de desiquilíbrio orçamentário, é, sem dúvida, a pequena capacidade de produção das atuais usinas dêstes S.E.E.

Na Usina Central, a do Plano Inclinado, contamos com quatro geradores de 400 KW cada, afóra um outro grupo de 400 KW, incapaz de render serviço, pelo elevado do seu consumo, em vapor, e, deficiência dos nossos geradores (caldeiras). Ao todo portanto, 1.600 KW, a pleno rendimento.

Na Sub-Usina, da Cachoeirinha, existem, em pleno funcionamento, dois grupos, a gaz pobre, com um total de 910 KW. O total pois, de KW, supondo-se rendimento normal da maquinária seria de 2.510 KW. As máquinas da Usina Central, entregues, em condições razoáveis ainda, pela concessionária britânica, como, se depreende da leitura do seu relatório técnico, estão hoje, em condições bastante peores. Deve-se isto, principalmente, ao excesso de sobrecarga a que foram levadas, impropriamente, durante o primeiro período da encampação. Não se pode exigir, em linhas gerais, desta maquinária, mais do que 80% do rendimento primitivo. Naturalmente, que esta perda de rendimento, acrescida à já pequena produção das nossas fontes geradoras, tornaram-se em fatores agravantes da nossa sêde de energia elétrica tanto para uso doméstico quanto para uso industrial. Para que estas máquinas possam ser reconduzidas ao seu rendimento normal há necessidade de consertá-las convenientemente. E isto, sómente será possível fazer, quando, de posse dos grupos de emergência, cuja concorrência, ja esta sendo divulgada, pois, assim estaremos capacitados para poder levar a termo êste "desideratum".

A-pesar-do pouco tempo que levamos na direção dos S.E.E., a restauração do material das nossas usinas tem merecido especial atenção nossa. As caldeiras da Usina Central e os Gazogênios da Suz-Usina, têm recebido, já, não só os consertos habituais e indispensáveis mas, reparações maiores, especialmente, dêstes últimos, trazendo-os novamente à sua produção normal, evitando-nos males maiores com maior caducidade no fornecimento da energia elétrica à cidade.

FALTA DE MEDIDORES — A falta de medidores (contadores) em mais de 50% dos nossos consumidores é fator ponderável, no que diz respeito, à escassez da energia elétrica. Livres e incontidos, os consumidores taxados, aqueles que não possuem medidores em suas casas, não se fartam nunca, e isto é natural, com pequeno numero de lâmpadas acesas. Transformando suas residências em verdadeiras vitrines, tal a profusão da iluminação, esquecem-se que os demais, também, necessitam da luz elétrica, e, mais ainda, que êste seu procedimento ao par de acarretar consumo exagerado, não proporciona compensação econômica e financeira aos nossos S.E.E. Afóra isto, devemos ter em conta, que os consumidores sem medidores, possuem além, e na sua quasi totalidade, ferros de engomar elétricos, rádios, alguns chegando até o uso de enceradeiras e refrigeradores. Para um computo indispensável, devemos declarar que apenas uns 6.000 dos 12.000 consumidores atuais estão com medidores elétricos nos seus circuitos. A campanha da economia da luz não tem encontrado o apoio desejado. Há sobretudo isto, a politica insensata acobertada pelo dito popular de que "isto é nosso", (é do Estado), e, por isto, devemos esbanjar... Sómente poderemos apontar um caminho para pôr côbro a tudo isto : colocação de contadores em todos os centros consumidores de energia elétrica.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS — Outra faceta da erronea politica dos primeiros administradores de após-encampação vamos encontrar no aumento do quadro do funcionários dêstes S.E.E. Como já afirmamos, a concessionária britânica, beirou o equilíbrio orçamentário, e, não fôsse, o "deficit" absorvedor do tráfego, desafogada seria sua situação. Não havia pois, necessidade absoluta dum aumento de pessoal, desde que, os serviços continuavam a ser os mesmos executados e levados a bom termo pela "THE MANAUS TRAMWAYS AND LIGHT COMPANY LIMITED". Talvez, o "surplus" contabil do primeiro mês, pelo corte do pagamento de impostos, devidos ao Govêrno das taxas de descarga sôbre a lenha cobradas pela Manaus Harbour etc., etc. os tivesse impressionado com otimismo a ponto de desregrar-se em aumento de pessoal, na criação de lugares, e na distribuição de gratificações, onerando pesadamente o orçamento, pondo, por terra o equilíbrio procurado e necessário. Elevaram-se as despesas com o pessoal em ..... Cr$ 641.592,60 atual, enquanto no tempo da concessionária era computado sómente em Cr$ 452.796,10.

CONCLUSÃO — Há necessidade de prover imediatamente êste serviço com uma subvenção capaz de amparálo convenientemente, a-fim-de que possa manter o serviço de bondes. Para u'a melhoria dos serviços de fornecimento de energia elétrica, que deve surgir, segundo já afirmamos, duma restauração das nossas usinas, há necessidade de aquisição de dois grupos emergenciais que nos permitam o reparo integral, dos nossos geradores claudicantes.

A politica da limitação do quadro do pessoal (para levá-lo até o existente na epoca da encampação), já está sendo posta em prática, apesar-do antipático que constitue tal medida.

A-fim-de dotar Manaus com instalação modelar, já fizemos publicar editais de concorrência para a sua Nova Usina. Esta

instalação está calculada para servir, com o máximo de rendimento, por mais trinta anos, contando-se nisto, a natural expansão da nossa capital e das nossas indústrias. Contaremos portanto, si isto se levar à frente, com uma instalação moderna, turbo-alternadora com um total de 15.000 KW, em corrente alternada trifásica. A escolha do terreno para sua edificação já foi feita, devendo estar brevemente diante de V. Excia., para o indispensável ato de doação.

Devemos declarar ainda a V. Excia., que tendo-nos sido entregue a administração dêstes S.E.E. com um "deficit" mensal de Cr$ 245.784,60, neste primeiro mês de nossa gestão, tomando apenas medidas preliminares indispensáveis ao ajuste dêste setor importante da administração pública, a nós confiado, já obtivemos uma redução para Cr$ 80.188,20.

Encerrando êste relatório sumário, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Excia. com os nossos protestos de elevada estima e alto aprêço, as nossas

Cordiais saudações.

aa) JATYR PUCU' DE AGUIAR

MANUEL BASTOS LYRA

VENANCIO IGREJAS LOPES

ELIAS FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO E CULTURA

Ao professor JOÃO MARTINS DA SILVA, técnico em problemas educacionais, foi confiada a direção do Departamento de Educação e Cultura. Já ouviu mais de mil pessôas — professores, alunos, homens do pôvo, com a finalidade de ter uma noção geral, de conjunto, de todo o sistema de ensino vigorante do Estado e, mais, do máximo de circunstâncias e detalhes do sistema, para se aperceber dos seus pontos fracos, suas falhas e caraterísticas.

Impõe-se a reorganização do Departamento — arquivo, fichários, distribuição do Regimento Interno, readaptação orçamentária, aumento do corpo de fiscalização, principalmente no interior, onde trabalham seis fiscais, necessidade de uma pequena oficina, que possa dar assistência aos edifícios escolares.

E' grande o número de crianças sem escola : em Adrianópolis ha 500 crianças sem matrícula, repetindo-se essa falta nos bairros de São Raimundo, Matinha, de Adrianópolis e outros locais.

Repete-se êsse panorama no interior, agravado pela dificuldade da locação de normalistas nas cadeiras das próprias sêdes.

Nota-se, de qualquer fórma, um patriótico esfôrço para contornar essas dificuldades, pelo poder público e pela iniciativa privada. A imensidade do território e as dificuldades de normalistas estão a exigir medidas urgentes para instruir as nossas crianças do interior, pelo aproveitamento de leigos, mediante remuneração pelos grupos alfabetizados, sob a fiscalização do Govêrno.

x x x

O ensino secundário tem melhor assistência, abrangendo o interior, pelos Ginásios em Coari e Maués, pela escola normal rural de Itacoatiara.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Assumindo a Direção Geral do Departamento de Educação e Cultura do Estado, cargo para o qual fomos nomeados por decreto do Govêrno de V. Excia., de 1.º de fevereiro próximo passado, logo ao primeiro contacto com o Departamento sentimos estar à frente de uma Repartição desorganizada, ou melhor, sem os seus trabalhos eficientemente entrosados em decorrência de perfeita e atualizada regulamentação.

Nesta Diretoria Geral, nenhum elemento documental encontramos a servir de guia para o seu Diretor. Não possue a Diretoria Geral fichários de pessoal nem de estabelecimentos, nem gráficos, nem relações de professores, organizadas de forma a orientar esta Diretoria para a movimentação dos quadros. O nosso antecessor não apresentou Relatório, da sua gestão. Entregou-nos apenas uma Caderneta do Banco do Brasil, de conta do Departamento, onde se verifica haver sido a mesma conta aberta.

A mesma desordem lavra no setor dos estabelecimentos de ensino. Muitos há cuja existência o Departamento ignora, não sendo possível a esta Diretoria, até hoje, apesar dos esforços já dispendidos, dizer, com convicção, quantas escolas o Estado possue.

E sempre que esta Diretoria recorre às Chefias de Secções do D.E.C., para o encaminhamento dos assuntos em exame, obtem, a mesma resposta : a Repartição ignora.

A todos os setores do Departamento, internos e externos, tivemos que estender, simultaneamente, a nossa atividade procurando iniciar um programa de enquadramento dos serviços em normas racionais de trabalho. Assim, tivemos de tomar as providências mais elementares, nesse sentido, como sejam as de mandar confeccionar carimbos, adquirir pastas para a guarda de papeis em transito, confeccionar talonários de pedidos de material feitos na praça. A propósito desta última providência, convem esclarecer que os pedidos de material eram feitos em Memoranda avulsos, não ficando a repartição, siquer, com cópia dos pedidos que fazia.

Uma bôa parte do tempo, senão a maior, foi consumida até aqui, atendendo a centenas de pessoas que, diariamente, têm procurado esta Diretoria para tratar de assuntos que se distribuem assim :

a) criação de escolas de 2.ª classe ;
b) transferência de escolas de 2.ª classe ;
c) criação de escolas distritais ;
d) criação de escolas de ensino supletivo ;
e) pagamento de alugueis de casa para escolas ;
f) pagamento de honorários referentes à ministração de ensino supletivo no ano de 1950 ;
g) regularização de situações funcionais ;
h) concurso para professores efetivos de 2.ª classe ;
i) matrículas de crianças em estabelecimentos de ensino ;
j) registro de escolas ;
k) audiências com diretores de grupos e escolas ;
l) diversos.

Tem esta Diretoria Geral ouvido, de 1.º de fevereiro até esta data, mais de 1.000 pessoas, tratando dos assuntos acima especificados, consumindo com isto vultoso tempo. Mas, decidiu-se esta Diretoria pela audiência a todas essas pessoas, com a finalidade de ter uma visão geral, de conjunto, de todo o sistema de ensino vigorante do Estado, e, mais, do máximo de circunstâncias e detalhes do sistema, para se aperceber dos seus pontos fracos, suas falhas e caracteristicas.

Importa anotar, neste bosquejo, também, o volume extraordinário do expediente diário da repartição que passa por esta Diretoria, versando sôbre todos os assuntos pertinentes ao ensino, à parte administrativa e algumas peças que cuotidianamente aparecem tratando de assuntos fora da alçada do D.E.C.

Está, consequentemente, esta Diretoria ainda a proceder a investigações diversas e minuciosas sôbre perto de uma dezena de assuntos, de suma importância, uns ; e de gravidade, outros, para, oportunamente, e através de expedientes especiais, encaminhá-los à superior consideração de V. Excia.

Vale considerar que, se já não encaminhamos alguns deles a V. Excia., é porque desejamos fazê-lo com a maior cópia de informações a respeito dos mesmos, com a juntada de documentação que estamos constituindo, com os mais amplos esclarecimentos, em resumo, sôbre tais e tão importantes assuntos.

Neste Relatório, em capitulos separados, faremos menção a êsses casos.

Deste modo, esclarecemos não poder esta Diretoria relatar a V. Excia. ainda, a totalidade dos assuntos no âmbito do D.E.C., dada a complexidade de uns e a extenção de outros, e, considerando, mais, que bôa parte do tempo tem que ser devotado ao serviço de rotina.

Circunstância de real valor, a consignar nesta oportunidade, é a que decorre do fato de havermos assumido a direção do D.E.C. no momento em que o cargo é mais afanoso : o início do ano letivo, acompanhado de uma centena de problemas correlatos. E estamos firmemente empenhados em dar ao corrente ano letivo o máximo de rendimento escolar, o que exige ponhamos de lado os demais assuntos a que já nos referimos.

Procuramos, dêste modo, atacar, simultaneamente, os diversos problemas acidentais da repartição e proporcionar toda a assistência necessária ao melhor funcionamento das escolas.

Esperamos bem avalie V. Excia. a enormidade e a complexidade da tarefa com que nos defrontamos, para nos desculpar das lacunas do presente Relatório.

I I

Passamos a examinar, agora, e em separado, os principais aspectos do Departamento de Educação e Cultura.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Como já dissemos, linhas atrás, parece o D.E.C. de organização interna à altura de bem desempenhar a sua missão. Sem arquivos, sem fichários, sem distribuição regular de serviços, com um Regimento Interno de há muito desajustado pelas repetidas modificações da sua estrutura funcional, sem material adequado, arrasta-se o Departamento quase que divorciado, a certos aspectos, do serviço que lhe compete controlar e fiscalizar.

E' imperioso dizer, porém, que se parte da modificação dêsse estado de cousas depende da operosidade desta Diretoria Geral, outra parte não poderá ser reformada, na hipótese de que permaneçam as atuais rubricas que o Orçamento consigna para os serviços do D.E.C.

Muito embora, já estejamos elaborando uma proposta de reajustamento do Orçamento, para ser encaminhada a V. Excia., na devida oportunidade, adiantamos que merecem reparo os seguintes itens :

Tabela n.º 2

PESSOAL

1 Regente de Canto Orfeônico Cr$ 15.870,00.
Propomos : a extinção do cargo e a supressão da rubrica.

FISCALIZAÇÃO DO ENSINO

O Orçamento consigna 1 fiscal para a Capital e 6 fiscais para o interior, tendo sido posteriormente criado um cargo de fiscal especializado do ensino, cujo padrão de vencimento (Cr$ 1.500,00) não dispõe de crédito no vigente Orçamento.

Esta Diretoria Geral está plenamente convencida de que não é possivel controlar o ensino com tão reduzido número de fiscais. Na Capital, possuimos 19 grupos escolares, diurnos, 15 noturnos e 17 escolas isoladas diurnas, 8 noturnas e 32 escolas particulares, perfazendo um total de 91 estabelecimentos. Ora, não se pode esperar que dois fiscais pretendam visitar todas essas unidades com a frequência necessária à manutenção de um regime de eficiente fiscalização.

E o problema se agrava, quando nos voltamos para o interior. Qualquer que seja a distribuição das áreas a extenção territorial do Estado não pode ser abrangida pelo trabalho de 6 homens.

Imperioso se torna, assim, o aumento do quadro de fiscais do D.E.C.

OUTRAS ALTERAÇÕES

Consigna o quadro de pessoal do D.E.C. um cargo de marceneiro. Seria de real interêsse para o erário, que se criasse, aqui,

uma secção de marcenaria, uma pequena oficina, enfim, com mais um marceneiro e dois ajudantes. Justifica-se a idéia pelo fato de lidar a repartição com extraordinário volume de móveis e utensílios, constantes de carteiras escolares, mesas, cadeiras, quadros negros, mesas e cadeiras especiais para os Jardins de Infância, tudo a exigir contínuos reparos para a bôa conservação dêsse aparelhamento que, no momento, sofre intensa e prejudicial deterioração pela falta de assistência que um único marceneiro não pode proporcionar.

Trabalha com êsse marceneiro, há algum tempo, um ajudante, pago por verba de material, à falta de conveniente cobertura orçamentária, situação que esta Diretoria mantém por entendê-la de interêsse para a cousa pública.

Acrescentamos que, estivesse o D.E.C. aparelhado com pequena oficina e suficiente equipe de pessoal, poder-se-ia dar assistência, também, aos edifícios das escolas, em trabalhos de pequena monta, como: mudança de vidros quebrados, reparos em portas, janelas, guarnições, pintura de conservação, reparos em assoalhos, reparos nos telhados, etc.

E' oportuno alertar V. Excia. para o facto, grave, de que a maioria, senão a totalidade, dos próprios do Estado, estão em processo de ruina, destacando-se, entre êsses, o do antigo Juiz Federal, em que funciona êste D.E.C., o do antigo Consulado de Portugal, na Av. Joaquim Nabuco, em que funciona o grupo escolar "Barão do Rio Branco" e o prédio em que funciona o grupo escolar "Ribeiro da Cunha", na rua Silva Ramos.

Ainda na rubrica de Pessoal, solicitamos a inclusão de

1 servente;

1 auxiliar de almoxarife.

Na rubrica MATERIAL, propomos a restauração da verba 2 — REPAROS E CONSERVAÇÃO DE MÓVEIS, de modo a comportar a aquisição de materiais como madeira, pregos, verniz, vidros, lona, ferramentas, etc., afim de se equipar a pequena oficina, atrás sugerida, para as obras que a mesma executaria.

O Orçamento deverá, ainda, comportar a aquisição de móveis e utensílios para o D.E.C., o que não ocorre presentemente, ressentindo-se o Departamento da falta de artigos para fichários, e carteiras para funcionários, etc. Até aqui, adotava o Departamento a prática pouco recomendável de adquirir material para a sua organização interna por conta das verbas da Tabela n.ª 24, isto é, das verbas para aquisição de material para as escolas. Não deseja seguir esta Diretoria tal roteiro, de vez que a verba de material para as escolas também não atende às suas imperiosas necessidades, não sendo justo, assim, desfalcá-las ainda mais à custa da instrução das nossas crianças.

Estas, as reivindicações orçamentárias que fazemos.

Representam um mínimo.

ENSINO

Na capital

O ensino primário na Capital é representado por 239 cadeiras de 1.ª classe, assim distribuidas:

Em grupos escolares, 16 grupos	189
Em escolas isoladas, 50	50
	239

Funcionam na Capital, ainda, algumas escolas isoladas, de 2.ª classe, transferidas do interior — providência também pouco recomendável — e escolas distritais, para atender às maiores concentrações de população infantil.

O número de cadeiras na Capital está muito aquem das necessidades. Como já escrevemos em informações prestadas a V. Excia. a propósito de fornecimento de professores para educandários não administrados pelo Estado, no bairro de Constantinópolis existem cerca de 500 crianças sem matrícula nas escolas públicas; repetindo-se o fenômeno nos bairros de São Raimundo, da Matinha, de Adrianópolis e em outros locais na devida proporção.

De futuro, quando as condições financeiras do Estado melhorarem, irá esta Diretoria Geral à presença de V. Excia. para solicitar seja aumentado o quadro de professores de 1.ª classe, para atender às necessidades do ensino, na Capital.

No interior

Outro não é o panorama do ensino no interior. O ensino, lá, é ministrado por um quadro de 319 professoras de 2.ª classe, coadjuvadas por 250 cadeiras de ensino distrital, denominação atual das antigas escolas de emergência.

O ensino distrital, no entanto, padece do defeito da temporariedade limitada. São escolas que se não convertem num ponto de atração, fixo, para as populações do interior. Prestam, porém, inestimáveis serviços, enquanto não se ampliam os quadros do ensino de 2.ª classe, através de escolas fixas, convenientemente localizadas, aparelhadas e assistidas, permanentemente, pelo D.E.C.

A extrema gravidade da situação em que se encontra o ensino no interior, nos é dada pela seguinte distribuição de escolas:

EM COARI

Na séde do Município	5 cadeiras
No interior do Município	2 cadeiras
Total	7 cadeiras

Aí tem V. Excia. um quadro triste: apenas 7 cadeiras, isto é, 7 professoras, para atenderem ao ensino em todo um Município.

Mas, quadro muito mais triste, é o que oferece o Município de LÁBREA, com 2 únicas professoras de 2.ª classe, localizadas na séde, para todo o Município.

Daí, Exmo. Sr. Governador, a nossa obstinação em evitar a transferência dos professores do interior para a Capital.

Não é possível que se permita maior constrangimento ainda.

x x x

E' oportuno lembrar que o quadro do magistério público primário foi reestruturado pela Lei n.º 611, de 24 de julho de 1950, que o dividiu em duas únicas classes, assim distribuidas:

1.ª classe — professores das escolas diurnas e noturnas da zona urbana e suburbana da capital;

2.ª classe — professores das escolas situadas nas cidades do interior e sua zona suburbana, e zona rural de Manaus e, finalmente, todos aqueles que vinham servindo na extinta 4.ª classe.

Esta Lei de reestruturação, muito embora tenha alterado os quadros do magistério, em muitos pontos, não produziu aumento de valia nos mesmos, de vez que apenas criou 4 cadeiras de classe especial no Instituto Montessoriano "Alvaro Maia".

No Orçamento para custeio do Ensino — Tabela n.º 24 da Lei atual — também se fazem necessárias algumas reformas. Aguardamos, porém, o momento propício para sugerí-las.

O aumento dos quadros do professorado, de ambas as classes, caso V. Excia. conclua pela medida, determinará alterações na Lei de Meios, em consonância com o aumento feito.

ESCOLAS NOTURNAS DA CAPITAL

O ensino noturno está sendo grandemente prejudicado pela deficiência da energia elétrica.

O assunto, porém, está no âmbito do problema geral da falta de energia elétrica, cuja solução já está encaminhada pelo Govêrno de V. Excia., restando-nos aguardar que chegue a bom término.

ENSINO SUPLETIVO

O ensino supletivo é feito à exclusiva conta de verbas federais, não estando o seu início em época.

Quanto a êste ramo de ensino, teremos que esperar pelo pronunciamento do Governo Federal sôbre o assunto.

Oportunamente, aliás, esta Diretoria Geral se dirigirá a V. Excia., em expediente especial, com referência ao Ensino Supletivo.

ESCOLAS DISTRITAIS

O Orçamento consigna 150 escolas distritais para funcionarem em 1951. E a Lei n.º 687, de 21 de agosto de 1950, criou mais 100 unidades dêsse tipo. Disporemos, assim de 250 escolas distritais para distribuir pelo Estado, no corrente ano.

Esta Diretoria já encaminhou a V. Excia., pelo ofício n.º 118, de 1.º de março dêste ano, a proposta de localização de 96 destas escolas, de acôrdo com indicações feitas a êste D.E.C. e visadas por V. Excia.

ASSUNTOS DIVERSOS

Concurso para professores efetivos de 2.ª classe.

Acabamos de encerrar um concurso para o provimento efetivo das cadeiras de 2.ª classe, vagas.

Ao certame concorreu um número desusado de candidatas, o que muito animou esta Diretoria na solução do problema do professorado do Interior.

Como sabe V. Excia., o professorado do Interior, na sua maioria é leigo, não dando o ensino por ele ministrado o rendimento que deveria dar.

Grande passo dará a Administração Pública, conseguindo interessar as professoras normalistas pelas cadeiras de 2.ª classe.

Conselho Técnico de Educação

Esta Diretoria já movimentou o Conselho Técnico de Educação. Em fevereiro realizamos a sessão ordinária dêsse mês, ventilando assuntos de magna relevância, destacando-se a organização de uma comissão para reformar o Regulamento da Instrução Pública, e outra para a elaboração dos programas escolares.

Oportunamente, iremos a presença de V. Excia. com os nomes escolhidos para que V. Excia. faça a respectiva nomeação.

Casas pré-fabricadas

Logo que assumimos a Direção do D.E.C. tivemos conhecimento da existência de casas pré-fabricadas, para escolas, existentes no interior do Estado.

Consultando as Secções desta Repartição, fomos informados de que da entrega de tais casas aos Municípios, não fôra êste Departamento cientificado, ignorando a repartição, oficialmente, a existência das mesmas.

Esta Diretoria está coligindo elementos sôbre o assunto e, oportunamente, irá à presença de V. Excia. com os resultados que conseguir apurar, para as necessárias providências.

Concorrência para aquisição de material

Logramos ver publicado o Edital de Concorrência para o fornecimento de material a êste Departamento. Está, assim, encaminhado o assunto pela forma que lhe é própria.

E' mais um aspecto da nossa repartição que se regulariza, facilitando, ademais, o serviço de aquisição de recursos.

Enquanto não chega a seu término, o prazo de concorrência, só adquirimos artigos de maior necessidade, como giz, papel, tinta, etc., respeitando, ainda, os respectivos duodécimos.

Grupos escolares imprestáveis

O Estado dispõe de dois edifícios escolares imprestáveis para funcionamento de aulas. São êles o grupo "Antonio Bittencourt", na Praça Santos Dumont, e o "Farias Brito", na rua Major Gabriel.

Esta Diretoria já examinou o assunto com o Dr. Jatyr Pucú de Aguiar, Diretor dos Serviços Técnicos. S. Excia. é de opinião que não interessa ao Estado dispender verbas com aqueles próprios. Pela sua construção, jamais se prestarão, satisfatoriamente, para escolas. Por outro lado, não cessaria o Estado de fazer reformas sôbre reformas, para manter, forçadamente, um estado de habitabilidade nesses imóveis.

E' o Dr. Jatyr Pucú de Aguiar de opinião que abra o Estado concorrência para a venda daqueles edifícios, empregando-se o dinheiro apurado para iniciar a construção de uma nova unidade escolar.

S. Excia. o Dr. Jatyr Aguiar, tem planta riscada para o novo grupo escolar.

Edifícios a reparar

Esta Diretoria já visitou, pessoalmente, a maioria dos edifícios públicos em que funcionam escolas, inteirando-se do estado de deterioração em que os mesmos se encontram.

Quase todos necessitam de urgentes reparos, tarefas que o Govêrno de V. Excia. terá que se devotar para impedir venha o Estado a sofrer grande redução no seu patrimônio.

CONCLUSÃO

Estas, Exmo. Sr. Governador, as informações que podemos prestar a V. Excia. no curto espaço de meio dia.

Estamos certos de que as mesmas, porém, sirvam para elucidar V. Excia. sôbre a situação em que se encontra o ensino em nosso Estado e a sua administração a cargo dêste D.E.C.

Quadro discriminativo da despesa feita pelo Departamento de Educação e Cultura, em 1951

Requisição de		
8- 1-1951	1	Litro de tinta azul
	1	Litro de tinta vermelha
	1	Caixa de penas
	1	Caixa de giz
	1	Duzia de lapis bicolor
	2	Resmas de papel almasso
	100	Cadernos colegial
	200	Cadernos de caligrafia n.º 0, 1, 2 e 3 — 50 de cada
	50	Cadernos de desenho Rafael, pequeno
	50	Cadernos de desenho Rafael, grande
	5	Duzias de lapis preto
	6	Apagadores para lousa
	2	Cestos de vime
11- 1-1951	1	Bobina para maquinas Bates
	1	Livro em ¼ com 100 folhas
16- 1-1951	2	Resmas de papel almasso
	1	Litro de tinta vermelha
17- 1-1951	1	Milheiro de envelopes de ofício, impresso
	12	Folhas de papel cartolina
	5	Folhas de papel cansion
18- 1-1951	1	Maquina de perfurar papel, grande
	1	Encardenação da Estatística do Estado
25- 1-1951	2	Vidros de oleo de peroba
	4	Resmas de papel almasso
	3	Milheiros de requisição de material, impresso
	5	Milheiros de folhas para atestados, impresso
	17	Centos de cartões para certificado de exame, impresso.
	2	Centos de cartões de visita, impresso
	1	Litro de goma arabica
	1	Groza de lapis faber
	2	Caixas de Borracha
	3	Duzias de lapis bicolor
	2	Resmas de papel almasso
	3	Tinteiros de 2 depositos
	8	Folhas de mata-borrão
	6	Sabonetes de bola para lavatório
	12	Rolos de papel higienico
	6	Reguas de ebonite
	2	Caixas de penas
	2	Buvard de madeira
	3	Litros de tinta Parker
	1	Vidro de tinta Quink, grande
	2	Tapetes côco para porta
	4	Vidros de tinta nankin
	4	Caixas de cartões para felicitações
	1	Lata de cera para soalho
	12	Latas de oleo para maquina de escrever
	3	Resmas de papel manilha
	4	Resmas de papel almasso
15- 1-1951	1	Galão de tinta branca
	1	Vidro de tinta azul
	1	Manga de sapolin
	6	Camisas aladin
	1	Lata de oleo de linhaça
	6	K.º de cré
	3	Pacotes de secante
	1	Lata de gazolina
	3	K.º de estopa branca
	1	Duzia de palha de aço
	1	Lata de cera para soalho
	2	Espatulas
	10	Latas de cera para soalho
15- 1-1951	1	Caixa de taxas de cobre
12- 1-1951	1	Resma de papel almasso
9- 2-1951	1	Carimbo ao oficial, conforme modelo
	3	Carimbos de visto, conforme modelo
	2	Almofadas para carimbo
17- 2-1951	8	Fechaduras para mesa
	8	Fechaduras para porta
18- 2-1951	300	Circulares conforme modelo
	300	Envelopes circulares
22- 2-1951	14	Fechaduras para gaveta
	1	Vidro com 0,39 x 0,30,½
	1	Vidro com 0,29 x 0,47
	1	K.º de goma Laca
	5	Folhas de lixa n.º ½
	1	Deposito n.º 1 para goma arabica
	1	Duzia de lapis de cópia, Faber
24- 2-1951	1	Livro em branco de 100 folhas 0,33 x 0,23
6- 3-1951	8	Livros em branco de 100 folhas 0,34 x 0,23
	3	Talonários de memorandum
	3	Talonários de requisição de material
	2	Livros indices tipo almasso
	2	Livros em branco de 100 folhas 0,23 x 0,33
	4	Classificadores rápidos
10- 3-1951	2	Torneiras para filtro
	50	Caixas de gis
	1	Livro de protocolo
	6.000	Boletins de freqüencia diária

Almoxarifado do Departamento de Educação e Cultura, em Manaus, 13 de março de 1951.

a) HUMBERTO DOMINGOS COUTO
Almoxarife.

MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES DA CAPITAL — 1951

N.º de ordem			NOME	Matrícula	Frequência
1	Grupo	Escolar	ANTONIO BITTENCOURT	212	179
2	"	"	BARÃO DO RIO BRANCO	—	—
3	"	"	BENJAMIN CONSTANT .	—	—
4	"	"	CÔNEGO AZEVEDO.. ...	454	311
5	"	"	CARVALHO LEAL	308	249
6	"	"	EUCLIDES DA CUNHA..	352	260
7	"	"	FARIAS BRITO..	326	246
8	"	"	GONÇALVES DIAS.. ...	285	221
9	"	"	JOSE' PARANAGUA'.. ...	284	243
10	"	"	MARECHAL HERMES ..	365	280
11	"	"	MACHADO DE ASSÍS ...	332	252
12	"	"	MONTEIRO DE SOUZA..	217	160
13	"	"	NILO PEÇANHA.	262	187
14	"	"	OLAVO BILAC...	359	320
15	"	"	PRINCEZA IZABEL.. ...	230	189
16	"	"	PLACIDO SERRANO. ...	239	190
17	"	"	RIBEIRO DA CUNHA ...	452	393
18	"	"	SALDANHA MARINHO..	309	274
19	"	"	VISCONDE DE MAUA'...	98	76

Secção de Estatística Educacional
Manaus, 13 de março de 1951.

a) OLDINA ITUASSU'
Estatístico-Chefe

ARQUIVO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA

Têm sido incessantes as solicitações de profissionais diplomados pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus, para que se tranfira o arquivo respectivo para o Ministério da Educação, afim-de facilitar o registro de diplomas, sem os quais não é possivel a verificação da vida escolar dos requerentes.

O Govêrno autorizou ao Dr. GENESINO BRAGA, Diretor do Arquivo e Bibliotéca Pública, a processar o inventário dos livros e demais documentos da citada Faculdade e remetê-los para o Ministério da Educação, pelo CANTUÁRIA, do Loide Brasileiro.

POLÍCIA MILITAR

Apesar das dificuldades, a Polícia Militar, embora atingida no regulamento rígido, violado ao arbitrio das conveniências, na parte as graves lacunas de várias repartições públicas, onde se agregavam referente a promoções, no segundo semestre de 1950, não apresenta extranumerarios sem carteira para trabalho, nem especialização profissional.

Ha seis oficiais e um sub-oficial agregados, com as respectivas funções, excedentes da dotação orçamentária para 1951 — em vigôr, três capitães, dois tenentes e um sargento.

Os compromissos, assumidos no exercício anterior, mas devidamente empenhados, ascendem a Cr$ 256.696,60; a dotação mensal daquêles agregados a Cr$ 18.856,80, ou sejam Cr$ 226.281,60 por ano.

Forneceu alimentação, em novembro, dezembro de 1950 e janeiro de 1951, ao Instituto MELO MATOS, INSTITUTO MARIA MADALENA e CHEFATURA DE POLÍCIA, num total de Cr$ 43.247,00, ainda em desembolso.

O prédio necessita reparos urgentes, como urgentes são outras necessidades próprias de uma caserna, em que se abriga a corporação, digna de carinho e amparo, por seu passado e para que possa executar as suas obrigações perante o Estado, entre as quais, nos têrmos do art. 133 da Constituição, a cooperação nas rodovias inter-municipais, quando existirem.

Entre as faltas sensíveis da Polícia Militar, ha o instrumental da Banda de Música, que não foi renovado nestes últimos anos, e a aquisição de material para o Corpo de Bombeiros. Encontra-se êste em abandono e, somente devido ao denodo dos seus homens, foi possivel enfrentar a impetuosidade dos últimos incêndios, com

prejuizos e consequências imprevistas. Não fôra o auxílio do Exército, da Manaus Harbour e dos populares e, certamente, não poderia enfrentar o Corpo de Bombeiros, sem o material preciso, os incêndios nas ruas Monteiro de Souza e Henrique Martins.

Acresce ainda que, pela falta de pagamento, muitas praças eram obrigadas a prestar serviços particulares, mediante exígua remuneração.

E' Comandante da Polícia Militar o Coronel MANOEL CORRÊA DA SILVA, disciplinador e disciplinado, com um largo passado na milícia, onde passou a vida inteira.

CHEFIA DE POLÍCIA

Apoia-se a ordem pública, além das garantias das Fôrças Federais, na Polícia Militar, na Chefia de Polícia, na Guarda Civil e na Guarda Noturna.

A cooperação das Fôrças Federais vem sendo de uma eficiência rara em todos os movimentos e o povo, sempre em colaboração com os órgãos do Estado, seja nos incêndios, onde os oficiais e soldados demonstraram espírito de vigilância e renúncia, seja nas aglomerações decorrentes dos fatos nacionais.

A vigilância policial tem de recrudescer, mesmo em face da possível decisão do Govêrno, relativamente às propagandas políticas e religiosas, que não contrariem as leis e ordem pública.

Como se sabe, a polícia do Rio de Janeiro localisou logradouros para a efetivação de comícios, avisadas as autoridades com antecipação de 24 horas.

Foram expedidas instruções à Chefia de Polícia para que seja assegurada integral liberdade de pensamento, pela imprensa e pela tribuna, estendendo-se a jornais, jornalistas, políticos e partidos. Nenhuma restrição existe a êsse respeito. Estão consignadas à imprensa as imunidades que lhe são inerentes, na explanação dos assuntos e comentários sôbre os atos do Govêrno.

FORNECIMENTO DE CARNE

A pecuária, no Amazonas, tem de ser apoiada às campinas do Baixo-Amazonas, do Careiro, dos Autazes, aos campos Humaitá-Lábrea, à pequena criação dos seringais. Crescem as aperturas do fornecimento do gado paraense, devido ao aumento da população de Belém, que recebe carne-verde goiana por via aérea; diminuem as possibilidades do Território do Rio Branco, como se verifica por estimativa: — 1949, 8.077 cabeças; 1950, 7.928 cabeças; 1951 cabeças a menos.

Além do consumo local, tem o Território suas vendas à Venezuela e à Guiana Inglêsa, para onde ha preços mais vantajosos e maior facilidade de transporte, sem cachoeiras, desgaste de embarcações, perda de pêso e morte dos animais.

A Bancada Federal esforçou-se para localizar um pôsto agropecuário nos campos de Humaitá, que será o ponto de partida para a grande criação nêsses descampados entre o Madeira e o Purús.

Quanto ao transporte do gado rio-branquense, parece viável o estudo de cargueiros aéreos, que possam transportar carne para Manaus e conduzir mercadorias para Bôa Vista, maximé durante o verão, mediante acôrdo entre os dois govêrnos e facilidade dos aviões.

AERONAVEGAÇÃO

A rêde aeroviária, com as linhas dos rios Negro, Purús, Juruá, atinge os maiores municípios, prestando inestimáveis benefícios à população do interior. A PANAIR transformou-se numa projeção de brasilidade e vigilância, pela ligação das fronteiras e da hinterlândia às capitais distantes.

Não se completou, entretanto, o plano geral, que possa estender êsse melhoramento a todo o nosso território. Necessita-se, para ultimá-lo, das seguintes medidas:

x x x

a) melhorar a pista de Ponta Pelada, afim-de que possa receber as aeronaves quadrimotores;
b) ultimar a pista de MANICORE' ponto intermediário de PORTO VELHO-MANÁUS, possibilitando a maior ligação entre essas duas cidades, por aviões da FAB e da CRUZEIRO DO SUL;
c) aquisição de dois pequenos aviões de longo alcance, tipo anfíbio, para supervisão do interior e servir a municípios internos, como os do Baixo-Amazonas;
d) abertura de pistas em sédes municipais;
e) amparo ao AÉRO CLUBE DE MANÁUS.

A primeira parte, a mais vultosa, e de mais responsabilidade, é objéto de entendimentos entre o Govêrno do Estado, o Ministério da Aeronáutica e a PANAIR DO BRASIL. O Govêrno prontifica-se a auxiliar a abertura da pista de Ponta Pelada, que ficaria acabada em oito mêses, para o serviço imediato, independente da execução do grande projéto para o futuro aeródromo internacional, que exigirá maior prazo para sua execução. O aproveitamento da pista de Ponta Pelada, como imperativo emergial, vem recebendo o aplauso do nosso póvo, através da imprensa, do comércio e da indústria, porque representa o encurtamento das distâncias e o contáto de Manáus com o sul e o extrangeiro.

A pista de MANICORE' já se encontra em acabamento e, no ano corrente, poderá ser facultada a aviões comerciais.

A aquisição de aviões, a abertura e conservação de novas pistas e o amparo ao Aéro-Clube de Manáus dependem de recursos financeiros.

Executando êsse plano aeroviário, estarão favorecidos os nossos municípios, ligados todas a Manáus por horas de viagem.

EDIFÍCIO AJURICABA

Graças ao espírito empreendedor do Doutor ADALBERTO VALE, será inaugurado, em Abril, o Edifício AJURICABA, em que foi invertido avultado capital da PRUDÊNCIA CAPITALIZAÇÃO. Não é somente um melhoramento, um edifício moderno a enriquecer a fisionomia e o patrimônio da cidade, resolvendo o problema angustioso do hotel e o pernoite dos passageiros internacinais, dentro em pouco tempo.

Constitúi um exemplo para os que dispõem de recursos financeiros e atesta a confiança na expansão do Amazonas e suas fôrças construtivas.

O pôvo deve guardar o nome dêsse amazonense arrojado, nascido de seringalistas do Madeira, cuja inteligência pragmática, afeita a situações decisivas, divisa, nos mistérios de hoje, a certeza do Amazonas de amanhã, si os seus homens se unirem e trabalharem pelo engrandecimento da Planície.

A construção do edifício AJURICABA constituiu tambem uma escola de aprendisagem e especialização dos nossos operários.

COMÉRCIO

O incremento das fontes de produção, como base para melhorar a vida, deve constituir o objetivo de todos — Govêrno e particular, capital e interior, seringal e fazenda.

Superadas as dificuldades oriundas da desarticulação dos mercados, em virtude da guerra, o nosso comércio vem reconquistando a sua posição, agora revigorado, tambem, por um apreciável intercâmbio comercial com o sul do pais, notadamente São Paulo.

As estatísticas abaixo oferecem elementos conclusivos sobre o crescente desenvolvimento das nossas atividades comerciais, no período de 1944 a 1948:

Amazonas

Comércio com o exterior

Anos	*Quantidade*		*Valôr*	(Cr$ 1.00)
	Export.	— *Import.*		
1944	672	4.471	3.881	15.858
1945	275	6.528	3.420	16.486
1946	25.413	4.948	299.740	32.139
1947	25.679	10.984	220.143	63.725
1948	20.394	10.537	108.961	46.961

Escôa-se, para o sul do país, atualmente, uma avultada percentagem de nossa produção, sendo de notar que, nêsses centros industriais, colocamos quasi totalmente a borracha, latex, juta, bem como parte substancial de piaçaba, guaraná, copaíba, além de materias primas, em menor escala.

Amazonas

Exportação para São Paulo

Anos	*Kgs.*	Cr$
1938	1.574.185	4.553.233,00
1939	1.857.300	7.377.444,00
1940	2.958.213	17.453.364,00
1941	3.123.295	27.872.000,00
1942	6.629.620	77.723.902,00
1943	5.359.861	69.719.345,00
1944	5.553.320	54.362.896,00
1945	3.331.541	45.420.447,00
1946	9.147.833	110.413.377,00
1947	9.525.000	128.415.000,00
1948	10.123.000	143.000.000,00

Por outro lado, a indústria nacional desenvolveu-se de modo promissor, e é São Paulo, principalmente, o grande centro abastecedor de inúmeras utilidades do nosso consumo, tais como: tecidos de algodão, sêda, raion, máquinas, calçados, medicamentos, papel, objétes de uso domésticos.

Amazonas

Importação de São Paulo

Anos	*Kgs.*	Cr$
1938	3.688.880	11.557.455,00
1939	4.337.811	14.516.032,00
1940	5.132.596	19.568.503,00
1941	4.999.392	26.107.387,00
1942	7.656.094	40.893.294,00
1943	6.509.478	57.626.392,00
1944	5.302.745	55.229.345,00
1945	5.508.161	62.647.954,00
1946	6.077.773	90.414.665,00
1947	7.272.300	124.420.000,00
1948	7.836.000	120.000.000,00

São, tambem, dignas de registro as nossas relações de comércio com o Estado do Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

BORRACHA

A borracha continúa sendo a base de nossa economia.

Com a Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, o Estado alcançou um sistema de proteção a êsse produto, com uma política de contrôle de prêços que objetiva, tambem, a defesa e a sobrevivência do homem do interior.

O volume de borracha, produzida pela Amazônia, não podia ser consumida, ainda, pela indústria nacional. Isso criou a angustiante crise vivida em 1948 e 1949 e levou o antigo Banco de Crédito da Borracha a encetar uma política de desestímulo à produção, para que a mesma fôsse equilibrada com o consumo.

A ampliação das fábricas de artefátos de borracha nacionais levou-nos a um consumo maior dessa matéria prima.

Assim se explica a ameaça de termos de importar borracha, que se efetivará fatalmente pelas necessidades do país, si não incrementarmos o aumento de produção, em velhos e novos seringais.

E' imperativo da hora presente o aumento da produção da borracha, não só para satisfazer às necessidades do consumo interno, como de defesa nacional, face a situação do mundo, haja ou não, conflagração internacional.

BORRACHA

Anos	*Produção* Toneladas	*Consumo* Toneladas
1 942	22.389	11.710
1 943	24.443	13.157
1 944	28.229	13.028
1 945	30.304	15.661
1 946	29.829	16.760
1 947	32.405	17.689
1 948	25.305	19.440
1 949	25.770	23.846
1 950	23.133	28.445

Veja-se o máximo, nêsses nove anos, 32.405, em 1 947, e a queda, em 1 950, para 23.133, ou sejam 9.272 toneladas a menos.

Com a execução da política rodoviária, em que o Govêrno brasileiro está empenhado e o crescente número de artefatos de borracha lançados no mercado, o consumo aumentará, ano a ano, e a Comissão Executiva de Defesa da Borracha já previu que, em 1 960, em menos de uma década, portanto, êsse consumo, no Brasil, será de mais de 72.000 toneladas. Veja-se a situação do País, a responsabilidade do Amazonas; é inútil clamar contra a importação, sem agir para produzir mais e melhor.

J U T A

Já em 1 941 a juta começa a figurar na nossa economia, evoluindo de uma atividade agrícola experimental (1 937).

As estatísticas de produção de juta no Estado do Amazonas são :

Amazonas
Produção de juta

Anos	*Pêso* Toneladas
1 945	4.023.214
1 946	5.346.485
1 947	3.428.670
1 948	5.453.291
1 949	10.197.000

O Govêrno está interessado em disciplinar definitivamente os negócios da juta, fomentando, largamente, a sua produção e executando uma política de prêços razoáveis.

Foi criada, no Ministério da Agricultura, no fim da administração passada, uma Comissão Nacional de Juta, integrada de representantes do Govêrno, Banco do Brasil, Banco de Crédito da Amazônia, Produção e Indústria. Êsse órgão já iniciou os seus trabalhos, mas lhe faltam qualidades jurídicas para uma atuação mais positiva.

Por isso mesmo, o Conselho Nacional de Economia já organizou um projéto de lei, criando uma Comissão Executiva de Defesa da Juta e submeterá à alta apreciação do Senhor Presidente da República, para, em mensagem, solicitar o pronunciamento do Congresso sôbre o mesmo.

O Diretor do Instituto Agronômico do Norte, Dr. FELISBERTO DE CAMARGO, estima a safra de juta, na Amazônia, em 25.000 toneladas e prevê, dentro de dois anos, sermos exportadores de juta.

G U A R A N A'

O guaraná é um dos produtos amazônicos de futuro promissor.

Ha necessidade de revisão dos métodos de cultura, estabelecendo-se uma assistência técnica ao agricultor, para aumento de produção e, consequentemente, cogitar-se da ampliação dos mercados.

O estudo, visando a reestruturação do Consórcio do Guaraná, criado, ha anos, quando se verificou a crise dêsse produto, com o envilecimento do prêço, deve ser objéto de cogitação.

Amazonas
Exportação de Guaraná

Ano	*Especificação*	*Pêso*	*V. Comercial*
1 945	Guaraná em bastões.	86.146	1.973.604,90
	Guaraná em rama ..	1.555	18.971,00
		87.701	1.992.575,90
1 946	Guaraná em bastões.	48.480	1.230.251,00
	Guaraná em rama ..	21.480	315.756,00
		70.416	1.546.007,00
1 947	Guaraná em bastões.	92.507	2.582.029,80
	Guaraná em rama ..	19.260	343.872,00
		111.767	2.925.901,80
1 948	Guaraná em bastões.	131.165	4.186.485,80
	Guaraná em rama ..	24.865	481.216,80
		156.030	4.667.702,60
1 949	Guaraná em bastões.	114.156	3.150.480,00
	Guaraná em rama ..	44.955	808.807,00
		159.111	3.954.287,00
1 950	Guaraná em bastões.	77.144	3.415.114,70
	Guaraná em rama ..	51.970	1.223.575,70
		129.114	4.538.890,40

N A V E G A Ç Ã O

A SNAPP — Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará, que sucedeu à Amazon River Steam Navegation — mantém um serviço precário e luta com uma crise muito séria, faltando-lhe recursos financeiros para o desenvolvimento de um programa de navegação que atenda as necessidades da Amazônia.

O problema é de tal vulto que somente com auxílio substancial do Govêrno da União, poderá haver reestruturação dessa autarquia, adquirindo-se uma nova frota, imprescindível à realização de suas finalidades.

Por outro lado, a navegação particular deve merecer assistência e incentivo do Poder Público para que a mesma se modernize, tornando-a mais econômica e eficiente.

E' aconselhável todo esfôrço, objetivando a criação de uma frota de embarcações motorizadas.

O Presidente GETÚLIO VARGAS abordou, em entrevista à imprensa, a possibilidade de ser aplicada parte das verbas do serviço rodoviário na solução dos problemas de navegação fluvial da Amazônia. Os melhoramentos da SNAPP e outras embarcações importam em problema nacional; interessa às nações visinhas que têm, no Solimões-Amazonas, a estrada real para o Atlântico.

E', por outro lado, a forma de colocar os produtos nacionais nos mercados amigos da fronteira.

MANÁUS E OS TERRITÓRIOS

A praça de Manaus deveria ser um grande centro reexportador para os Territórios Federais. O peso dos impostos e taxas cobrados ao comércio oneram, demasiadamente, as mercadorias e criam uma situação de inferioridade à nossa praça com relação à de Belém.

O Comércio de Manaus não consegue realizar maiores negócios com os Territórios e mesmo com os Países limítrofes.

Há necessidade de revisão de taxas portuárias na Manaus Harbour Limited.

Os frétes têm sido majorados constantemente. Frétes e tributos, além de colocar a praça de Manaus em dificuldade para concorrer com a de Belém, no fornecimento de mercadorias para os Territórios, contribuem tambem para a elevação do nível de vida.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

Êste Instituto, órgão técnico consultivo do Govêrno, vem desempenhando um papel de real importância na vida econômica local. A Associação Comercial do Amazonas, que é financiada com a taxa de ½% sôbre o valôr da exportação do Estado, de acôrdo com o áto do Govêrno estadual, n. 1.682, de 4 de agôsto de 1 932, continúa sendo um fatôr eficiente no estudo e defêsa dos problemas do comércio regional, destacando-se pela sua atuação nos assuntos ligados à economia da borracha.

Ha, tambem, a Associação dos Seringalistas do Amazonas, que visa coordenar os problemas da órbita da produção da borracha e que vem, ao lado da Associação Comercial do Amazonas, desenvolvendo um trabalho digno de registro a pról da economia gomífera.

O Sindicato do Comércio Atacadista do Estado do Amazonas, órgão de classe, moldado ao sistema da legislação sindical brasileira, vem revelando grande interêsse nas questões pertinentes à classe do comércio atacadista.

Todos êsses órgãos das classes produtoras se acham instalados e funcionando gratuitamente no edifício séde da Associação Comercial do Amazonas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE FIAÇÃO E TECELAGEM

Outra iniciativa de ADALBERTO VALE será a Fábrica de Juta, com as máquinas já encomendadas na Inglaterra, sob garantia de um capital de Cr$ 20.000.000,oo, subscritos Cr$ 10.000.000,oo em Manaus. E' um passo decisivo para a industrialização da juta no Amazonas — após a vitória do seu plantio em Parintins e dos serviços de prensagem em Manaus, Itacoatiára e Parintins.

Abre-se, assim, um horizonte largo para o progresso regional: a fábrica será a sequência para a utilização de outros produtos, até êste momento entregues ao intermediarismo rudimentar da compra e venda a granel, que bem caraterizam as regiões sob o colonialismo econômico.

Iniciou-se, e vai em escalada progressiva, a libertação comercial, a princípio com a lavagem de borracha, descascamento de castanha, e, em breve, com as usinas que movimentam o nosso dinheiro no próprio Estado, proporcionando trabalho e técnica aos operários.

A Fábrica de Juta possibilitará, talvez, a exploração do papel, cada vez mais encarecido no mundo e sujeito a racionamento.

I N T E R I O R

O interior, pelo imperativo da era municipalista, terá de melhorar o padrão de vida, que se verifica em algumas sêdes comunais.

A navegação aérea, o Serviço Especial de Saúde Pública, a cooperação das missões religiosas abrem novas perspectivas aos moradores da hinterlândia, que tanto contribuem para nossa expansão econômica.

Permite-lhes a Constituição, no artigo 195, a celebração de convênios com o Estado, ou entre si: observam-se no território do Amazonas, os pródromos de zonas geo-econômicas, à maneira do que acontece no território nacional — zona do guaraná, zona da juta, zona da pesca, da madeira, do gado e da borracha. Serão úteis êstes convênios para instalação de usinas de beneficiamento: é aconselhável mesmo um entendimento municipal-estadual para

fiscalização das rendas nas regiões fronteiriças, num esfôrço fraterno entre exatores do Estado e dos Municípios, supervisionados pela Diretoria da Fazenda e pelas Prefeituras.

O interior, em cuja produtividade se alicerça a Capital, deve absorver cuidados especiais do Govêrno, em todos os seus problemas, que são problemas fundamentais do Estado.

Chegou a hora do interior: uniu-lhe os pioneiros, que marcam a redenção nacional, a Constituição de 1946. E o meio de celebrar essa hora, cultuando os trabalhos florestais, é o amparo dos que produzem isoladamente ou em classes, e respeitar religiosamente os compromissos do Estado com os Municípios, cujos prefeitos e câmaras legislativas são eleitos soberanamente pelo povo.

A Fazenda Pública deve, proveniente da administração passada, Cr$ 1.515.840,00 às Prefeituras; algumas não receberam as quotas rodoviárias de 1950.

Abandonando as praxes burocráticas, os prefeitos têm de olhar a realidade da situação econômica — auxílio à produção de farinha, de arroz, de feijão, de gêneros que possam melhorar as condições do interior, sem importação carissima de alimentos produzidos facilmente à margem dos rios.

A Diretoria de Fomento e Economia Agrícola, articulada aos serviços federais, ora dirigida pelo agrônomo Cloter Gama Rodrigues, receberá instruções para facilitar a ação das Prefeituras.

ASSISTÊNCIA

Numa região vasta, mas despovoada, o elemento humano ainda é o capital mais urgente.

As gerações novas exigem proteção integral, através de escolas, jardins de infância, praças de esportes, ao menos uma em cada séde municipal.

As obras assistênciais de Manáus, atingidas pela falta de pagamento nos derradeiros mêses, são redutos de defêsa social, que não podem ser abandonadas.

O esforço do Deputado ANDRE' ARAUJO, de donas MARIA MIRANDA LEÃO, VIRGÍNIA AMORIM, IZABEL NOGUEIRA, e Desembargador ARNOLDO PÊRES e outros tem de ser coadjuvado pelo Govêrno.

Outra face dêsse problema, um tanto desarticulada, apezar dos esforços de religiosos e leigos, é a arregimentação dos selvícolas à civilisação brasileira.

Trata-se de uma população já existente no Amazonas, capaz de produzir, contribuindo para a economia do Estado.

Valiosas são as contribuições religiosas, supervisionadas por D. ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS, Bispo de Manáus; semeiam a educação, a defêsa da saúde, a cultura cívica, pelos novos métodos de ação preventiva e repressiva, numa catequêse tão dificil entre as aglomerações conturbadas pela transição política atual, como a que se exercita entre os núcleos ameríndios.

TRABALHADORES

"O Brasil socialista, o Brasil de amanhã, se projetará no concerto das Nações, com o concurso do vosso exemplo e da vossa altivez, como um país que compreende a evolução e realiza a sua transformação no quadro superior das idéias, sem ódios, sem paixões e sem rancôres, assegurando a todos os direito de viver com tranquilidade".

São palavras do Presidente GETÚLIO VARGAS, em discurso aos bahianos, referindo-se ao "Brasil socialista, ao Brasil de amanhã".

Só existia, principalmente no interior do Amazonas, mesmo antes da legislação trabalhista, um programa conciliatório entre proprietários e trabalhadores, imposto pelas condições geográficas, que irmanam os homens, face aos perigos, às intempéries e às distâncias. Torna-se imprescindivel essa aproximação, a maior ainda, entre o barracão e as barracas, os uzineiros e os operários. Unem-se êstes, dia a dia, em nossa terra, dando exemplo em associações de assistência, em escolas, em esportes, que auxiliam a coletividade e o desenvolvimento do Estado.

E' programa do Govêrno a continuação de entendimentos mais amplos, de mais ampla cooperação: as repartições são oficinas para êsse fim, abertas aos trabalhadores, porque, na realidade, trabalhadores são quantos labutam no Amazonas.

Trabalhadores são tambem os jovens que se debruçam nas carteiras, nas roças, nas oficinas e capitalizam estudo e especialização para o Brasil de amanhã.

Estudantes e aprendizes, isoladamente ou em órgãos de classe, elementares ou universitários, enfileiram-se, em primeiro logar, entre os quais têm direito à proteção e norteio do Govêrno, sempre em caráter conciliatório, quando solicitado, sem interferência nas deliberações dos respectivos centros.

Aplica-se o mesmo pensamento aos esportes, considerados fôrças de aperfeiçoamento e disciplina e, portanto, carentes de cooperação e direção.

PREFEITURA DE MANAUS

A Prefeitura de Manaus, como o Estado e algumas comunas do interior, encontra-se em regime deficitário. — "Encerrado a 28 de fevereiro o período adicional de 1950 — explica o Diretor de Finanças Dr. Teodoro Pedro de Azevedo Soares — fizemos o levantamento do exercício financeiro dêsse mesmo ano, conforme abaixo discriminamos:

RECEITA:

Previsão	Cr$ 17.428.146,00
Arrecadação	Cr$ 12.241.773,90

Dos dados acima, concluimos que a arrecadação alcançou tão sómente 72%, cuja deficiência se refletiu de maneira desastrosa nos compromissos assumidos, visto que os pagamentos de funcionários, fornecedores, não foram satisfeitos, mesmo porque, no último trimestre de 1950, a falta de numerário, oriunda da deficiente arrecadação, não pôde cobrir as despesas com o funcionalismo, referentes aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, o que, aliás, foi e vem sendo feito com a arrecadação de 1951.

Quanto à DESPESA, no exercicio de 1950, apresentou-se como se segue:

Fixada, créditos especiais, créditos suplementares..	Cr$ 23.255.822,40
Efetuada..	" 15.335.860,90
Realizada	" 12.225.816,00
Saldo que passou para 1951...	" 16.198,50

Computando as cifras das despesas, em 1950, observa-se não terem os responsáveis pela administração municipal cumprido os princípios orçamentários de equilíbrio financeiro, posto que, enquanto a Lei de Meios era sobrecarregada de compromissos, a renda decrescia em função da arrecadação.

EXERCÍCIO DE 1951

A RECEITA arrecadada no Exercício de 1951, mostra:	
Janeiro...	Cr$ 883.309,80
Fevereiro..	" 1.441.265,70
Março (até o dia 10)..	" 339.141,70
Saldo de 1950...	" 16.198,50
	Cr$ 2.679.015,70
A DESPESA realizada, oferece os seguintes números:	
Janeiro...	Cr$ 67.127,50
Fevereiro	" 152.738,60
Março (até o dia 10)	" 11.341,50
	Cr$ 231.207,60

Convém salientar que, para o Exercício de 1951, foi prorrogado o Orçamento de 1950, o qual orça a

RECEITA em ... ... Cr$ 17.428.146,00

e fixa a

DESPESA em ... ... Cr$ 17.420.543,70".

x x x

Não é clamante o seu número de contratados — 37 para um total de 331 funcionários em atividade.

O Prefeito, Dr. Edson Epaminondas de Melo continuou as obras da administração anterior e iniciou outras de maior emergência, incluindo-se, entre essas, a abertura da avenida Tarumã, até à avenida Joaquim Nabuco. A Prefeitura atacará, dentro em pouco, outros melhoramentos, bastando citar a concessão de terras à pobreza, o arruamento de bairros pobres e do bairro que está surgindo com a Ponte de São Raimundo, futuramente, devido a êsse incontestável serviço prestado à cidade, um dos nossos melhores logradouros.

O AMAZONAS E AS FRONTEIRAS

Coração da Planície, Manáus poderá irradiar o sangue de seu comércio e de sua cultura às unidades territoriais brasileiras e a cinco países fronteiriços, para onde se abrem, tranquilas ou encachoeiradas, as comunicações dos rios. Entrosar-se-ão em breve as linhas aéreas nacionais com as linhas da Guiana Inglêsa, Venezuela, Colombia, Perú e Bolivia. As estradas fluviais carreiam a produção de algumas dessas regiões para o Atlântico e o Sul.

Já fruimos incontestável prestigio na movimentação comercial para algumas cidades dos territórios e do extrangeiro. Perdemos, porque perdemos tambem o domínio dos transportes.

Temos, ainda, a facilidade do honrado corpo consular de Manáus — Cônsules e Agentes Consulares integrados à nossa vida, porque bem compreendem a união, cada vez maior, dos setôres da Amazônia brasileira às nações visinhas.

Ainda não se realizou a conferência, mais de uma vez anunciada pelo Presidente Getúlio Vargas, das Nações banhadas pelas mesmas aguas sul-americanas.

O trabalho atual de aproximação, antecipando os tratados de amanhã, deverá constituir ação e estudo do comércio local, que verá, nas populações dos países visinhos, fontes de expansão e abastecimento.

O comércio terá, nêsse esfôrço eminentemente brasileiro, a simpatia e o amparo do poder público.

A solução harmoniosa dos problemas do Vale sugere uma palestra, em mesa redonda, entre os seus governantes, parlamentares, membros das associações comerciais, técnicos, em Manáus, preferentemente por ser o centro geográfico da Planície, ou em Belém, Porto Velho, Rio Branco, Bôa-Vista e Macapá.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Nomeada em fevereiro, encontra-se em atividade a Comissão Revisora dos Atos relativos ao funcionalismo, que se multiplicou, às vezes fóra dos regulamentos, nos últimos seis mêses. Sem conta são os apêlos, os recursos, os relatos do que se dizem prejudicados em nomeações, promoções, preenchimentos de cargos sem concurso — medidas apressadas de campanha política, subversivas e contrárias aos preceitos estatutais e constitucionais. Preside a Comissão o Doutor JOÃO NOGUEIRA DA MATA, atual Secretário Geral do Estado, infatigável no desempenho de seu mistér, ao lado dos demais membros da Comissão.

O Govêrno reafirma os seus propósitos de amparar a nobre classe dos funcionários públicos, que é a primeira a verberar preferências sem apoio legal.

Consigne-se, neste capítulo, os agradecimentos da Administração aos esforços dos Chefes de Serviço nestes primeiros dias de luta, notadamente ao Dr. JOÃO NOGUEIRA DA MATA, RAIMUNDO NICOLÁU DA SILVA, ARTHUR VIRGÍLIO FILHO, MANOE DA ROCHA BARROS e ALBERTO ABOUD DAU, nos diferentes setôres que dirigem.

CONCLUSÃO

Senhores Representantes do Pôvo:

O Govêrno irá proporcionando melhores informações, à medida que forem discutidos os nossos problemas. A responsabilidade da salvação administrativa, nesta hora crucial do Amazonas, distribui-se entre todos. Os partidos não cindem os homens, quando está em discussão o interêsse público; as dissenções justas, analizando os assuntos controvertidos, denotam respeito à consciência a serviço do pôvo. Falham a êsse respeito, quando campeia o domínio das paixões desatinadas, ao calôr das ambições individuais, que cegamente desvairam as creaturas.

As separações, muitas vezes transitórias, ao sopro das contingências da luta, devem cessar, quando fôr discutido o bem público.

Erramos todos nós; defeitos temos nós todos: não é acusando, ou gritando, que se contorna um temporal. Trabalha-se, corrigindo as imperfeições, em que os demais incidiram; sacrificando-se, não deixaram êles de ministrar uma lição. Carrel, nas últimas palavras do seu testamento luminoso, ensinou que o indivíduo traz o passado de sua raça, os defeitos e as qualidades de seus ancestrais. A idéia aplica-se ao grupo, à coletividade e ao pôvo. Vencidos os vagalhões levantados pelos pamperos políticos, devemos pensar que o Amazonas precisa sobreviver e sobreviver com os empreendimentos dos seus filhos.

Sofre o mesmo drama dos demais Estados, do Brasil, do mundo, e êsse drama só poderá ser vencido com a ação, a generosidade, o trabalho e com a pacificação dos espíritos desajustados pelas crises políticas e econômicas.

Os governantes assumiram o poder por imposição e delegação das massas, no pleito de outubro, em que foi o exemplo máximo o eminente Presidente GETÚLIO VARGAS, cujas declarações serenam a Nação nas turbulências nacionais e internacionais desta fase reconstrutiva e transformadora.

As funções administrativas só obedecem a um programa — servir a tudo e a todos, pugnando pela liberdade e a lei.

GOVERNO DO ESTADO

EXPEDIENTE DO DIA 9

DECRETOS:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS resolve,

NOMEAR:

Clarice Ribeiro de Berrêdo, Enfermeira de Saúde Pública da Sub-Secção de Doenças Venéreas, do Departamento de Saúde, para exercer, efetivamente, o cargo de Superintendente dos Serviços de Enfermagem da Secção Técnica do mesmo Departamento, nos termos do art. 15, item III, da Lei n. 494, de 16 de dezembro de 1949, que se acha vago.

—Augusto de Souza Brito, para exercer as funções de professor substituto da Escola Regimental do Quartel da Policia Militar, durante o corrente ano letivo.

DESIGNAR:

os professores abaixo mencionados, para regerem as diversas turmas suplementares, do Instituto de Educação do Amazonas, a contar de março próximo passado:—Prof Myrthes Trigueiro, em substituição á titular efetiva: Português—1.ª série—4 turmas; 3.ª série—1 turma; 1.ª série—1 turma; do curso de professores. —João Chrysóstomo de Oliveira —2.ª série — 2a. turma; Português 4a. série—1a. turma. Prof. Pe. Raimundo Nonato Pinheiro em substituição á titular efetiva: Francês — 1a. série—4 turmas; 2a. série — 2 turmas; 3a. série—1 turma; 4a. série — 1 turma. — Prof. Lúcio de Siqueira Cavalcanti—Latim 1a. série—4 turmas; 2a. série—2 turmas; 3a. série 1 turma; 4a. série 1 turma. —Prof. João Martins da Silva— Inglês 2a. série — 2 turmas; 3a. série—1 turma; 4a. série 1 turma. —Prof. Isa Silva Brito — Matematica—2a. série 2 turmas; 4a. série—1 turma.—Prof. Aristoteles Comte de Alencar—Matematica 1a. série—4 turmas; 3a. série 1 turma; 1a. série—1 turma; Prof. Neusa Alves Ferreira—Historia Geral: 1a. série 4 turmas; 2a. série 2 turmas. — Prof. Emilia de Carvalho Antoni—Geografía Geral—1a. série 4 turmas — 2a. série 2 turmas.— Prof. Alcida Moreira de Sá Peixoto—Desenho 2a. série 2 turmas; 4a. série 1 turma;—Prof. Lila Borges de Sá—Musica (Canto Orfeônico)—1a. série 4 turmas—2a. série 2 turmas; 3a. série 1 turma; 4a. série 1 turma; 1a. série—1 turma. Curso de Prof.— Prof. Djanira Gomes—Trabalhos Manuais e Economia Domestica—1a. série—4 turmas; 2a. série 2 turmas; 3a, série—1 turma; 4a. série—1 turma.—Prof. Alzira Campos— em substituição a titular efetiva —Educação Fisica—1a. série—4 turmas; 2a. série 2 turmas; 3a. série—1 turma; 4a. serie 1 turma; 1a. série—curso de Professores.— Prof. Irene Rodrigues de Araujo—Historia do Brasil—3a. série —1 turma; 4a. série—1 turma.— Prof. Garcity'so do Lago Silva — Ciências — 3a. série 1 — turma; 4a. série—1 turma; Prof. Manuel Bastos Lyra—Física e Quimica 1a. série C. de Professores—1 turma —Prof. Eldah Teles Biton— natomia e Fisiologia Humanas—1a série C. Professores—1 turma.— Prof. Maria José Almeida Araujo da Silva, em substituição a titular efetiva — Preparadora— 3a. série —1 turma; 4ª. série — 1 turma; 1.ª turma Curso Professores; 1 turma.—Maria Arminda G. Andrade—Auxiliar de Trabalhos Manuais — 1a. série—4 turmas; 2a. série 2 turmas; 3a. série 1 turma; 4a. série 1 turma.

TORNAR SEM EFEITO:

o Decreto de 13 de março último, na parte em que nomeou Maria Amélia Vital Montenegro para professora substituta do Grupo Escolar Coronel Cruz, em Itacoatiara.

DISPENSAR:

a professora Lucila Vieira de Freitas, do cargo de Diretora do Grupo Escolar Benjamin Costant

NOTA OFICIAL

A Secretaria Geral do Estado comunica que sábado, às 10 horas, no Palácio Rio Branco, a Comissão designada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, composta dos senhores João Nogueira da Mata, Secretário Geral, Mário Couto Lopes, Procurador Fiscal, Alberto José Dau, Diretor da Fazenda, Pancracio Ferreira Nobre, representante da Associação Comercial do Amazonas, Mário Costa Covas, representante da Associação dos Retalhistas, servindo de secretária a senhorita Sebastiana Botelho, funcionário da Secretaria Geral, procederá à abertura das propostas de fornecimento de material às repartições que seguem: Serviço de Socorros de Urgência, Penitenciária, Instituto de Educação, Chefatura de Polícia, Departamento de Estatística, Diretoria da Biblioteca Pública, Diretoria da Imprensa Oficial, Junta Comercial, Serviço de Economia Agrícola, Departamento de Educação e Cultura e Palácio Rio Branco.

Em face das razões ponderosas alegadas pelo Diretor do "Diário Oficial", quanto à impossibilidade da divulgação através das colunas deste, dentro do prazo fixado pelo Edital de 5 do mês transacto, da relação completa do material destinado à Saúde Pública, haverá para esse setor da Administração, nova concorrência, pelo prazo de 10 dias, a contar da próxima segunda-feira, 16 do corrente, ficando assim assegurado a todos os comerciantes da praça, que dedicam suas atividades ao ramo de medicamentos e drogas, o direito à inscrição, e, pois, ao fornecimento, desde que aceitas as condições expostas pelos mesmos.

Para o ato de abertura das propostas desde já ficam convidados os diretores das repartições acima citadas, os chefes das firmas comerciais que tomam parte na concorrência, os representantes da imprensa local e as pessoas que acompanham com elogiavel interêsse a boa marcha da pública administração.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM